

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Vitor Santos

**A dimensão estratégica do conceito de hegemonia na contribuição de Edmundo
Fernandes Dias**

Florianópolis
2021

Vitor Santos

**A dimensão estratégica do conceito de hegemonia na contribuição de Edmundo
Fernandes Dias**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História do
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção
do título de Bacharelado e Licenciatura em História

Orientador(a): Prof. Marcos Aurélio da Silva.

Florianópolis

2021

Santos, Vitor

A dimensão estratégica do conceito de hegemonia em
Edmundo Fernandes Dias / Vitor Santos ; orientador, Marcos
Aurélio da Silva, 2021.

59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Hegemonia. 3. Gramsci. 4. Partido dos
Trabalhadores. I. da Silva, Marcos Aurélio. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 14 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às 9:30 horas, na sala por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Marcos Aurélio da Silva** (Orientador e Presidente); Prof. **Alexandre Busko Valim** (Membro); Prof. **Giovanni Fresu** (Membro), designados pela Portaria TCC nº 09/HST/CFH/2021, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Vitor Santos**, intitulado: “**A dimensão estratégica do conceito de hegemonia em Edmundo Fernandes Dias**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. **Marcos Aurélio da Silva**, nota 9,0 , Prof. **Alexandre Busko Valim**, nota 9,0, Prof. **Giovanni Fresu**, nota 9,0, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 9,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 21 de maio de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 14 de maio de 2021.

Prof. (Orientador):

Prof. (Membro):

Prof.(Membro):



Documento assinado digitalmente

Alexandre Busko Valim

Data: 21/05/2021 16:03:12-0300

CPF: 024.022.689-56

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidato):



Documento assinado digitalmente

Vitor Santos

Data: 21/05/2021 15:28:55-0300

CPF: 000.860.660-02

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) **Vitor Santos**, matrícula n.º **15201372**, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **A dimensão estratégica do conceito de hegemonia em Edmundo Fernandes Dias**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 21 de maio de 2021.

Orientador(a)

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como 'Marcos Ferreira da Silva'.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é um esforço pandêmico. Ainda que o projeto tenha sido desenvolvido antes da aguda crise que enfrentamos hoje, redigi ele inteiramente na pandemia. Enfrentei, felizmente, poucas intempéries. Tive que adaptar algumas fontes que não conseguiria mais acesso pelo fechamento da Biblioteca Universitária. Redigi, ruidosamente, parte importante do trabalho com um teclado defeituoso que me causou algum nível de irritação.

São problemas pequenos. E só os foram porque tive estrutura para conseguir seguir estudando. Em diferentes aspectos: tive investimento em bibliografia, mas também tempo e afeto. Todos eles foram proporcionados pela minha família. Meu primeiro agradecimento não poderia ter outro endereço. Agradeço a minha mãe, por me incentivar, desde muito jovem a ser um leitor obstinado, mas também por todos os cafés da tarde desses últimos anos, seguidos de muitas cantorias em voz e violão. Ao meu pai, que me ensinou – sem nunca deliberadamente dizer - que o conhecimento é algo a ser eternamente perseguido e que talento é esforço concentrado, mas que toda dedicação do mundo não paga 1h30min de um bom jogo do Avaí, tal qual aquele 3 a 2 contra o Fluminense, em 2009.

Agradeço a minha irmã, Sofia. Passadas as implicâncias da infância, ganhei uma amiga. Compartilhamos gostos por música, arte – ela produz, eu nem me arrisco – e por um humor *nonsense* bastante específico. Por fim, agradeço a minha avó, Almerinda – a Vó Neca – que foi peça marcante na minha infância e, com uma alegria irrefreável, me ensinou que o importante na vida é cultivar bons amigos.

Portanto, não poderia deixar de agradecê-los. À toda turma que se formou comigo no Colégio de Aplicação e que permanece unida até hoje: MM, João, Eros, Sofia, Lucas, Daniel, Thayná, Marina e Nalon. Aos grandes amigos que a militância me trouxe: Xuxa, Morgan, Ambev e Vic pelo quais carrego profunda confiança, carinho e saudades dos tempos em que era possível amanhecer tomando cerveja no bar do Grego. À toda militância da Resistencia/PSOL, em especial à sua juventude e o Afronte (Chico, Bia, Pam e demais), na qual dediquei grande parte dos meus esforços nos últimos anos. Ao Nicollas, que é meu amigo-irmão, ponto de intersecção entre todos os grupos. E por fim, à Tayná, minha companheira, que torna tudo mais fácil.

RESUMO

A apreensão dos escritos de Gramsci no Brasil expande qualitativamente com as lutas populares que foram importantes no processo de derrota da Ditadura Militar e abertura do regime, a partir dos últimos anos da década de 1970. É nesse momento que as elaborações do marxista sardo ganham força nos agrupamentos de esquerda que passavam por intenso processo de debates e reconfigurações. Esse trabalho é um estudo sobre o modo como o sociólogo e militante Edmundo Fernandes Dias compreendeu e interveio sobre esse processo. Ao estudá-lo concluímos que, diferentemente dos agrupamentos de esquerda e seus respectivos intelectuais, que buscavam vincular o conceito de hegemonia a uma dimensão excessivamente aliancista da estratégia política, Dias propunha o trabalho com o conceito de forma a desenvolver a tarefa de construção de uma racionalidade autônoma da classe operária, que, ao unificar as classes subalternas constituiria um novo tipo de estado, socialista, com base na democracia operária.

Palavras-chave: Hegemonia. Gramsci. Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

The apprehension of Gramsci's writings in Brazil expands qualitatively with the popular struggles that were important in the process of defeat of the Military Dictatorship and opening of the regime, from last years of the 1970s. It is at this moment that the elaborations of the Sardinian Marxist gain strength in left-wing groups that were undergoing of debates and reconfigurations. This work is a study on how the sociologist and activist Edmundo Fernandes Dias understood and intervened on this process. In studying it, we concluded that, unlike the left-wing groups and their respective intellectuals, who sought to link the concept of hegemony to an excessively aliancist dimension of political strategy, Dias proposed working with the concept in order to develop the task of building a autonomous rationality of the working class, which, by unifying the subordinate classes would constitute a new type of state, socialist, based on workers' democracy.

Keywords: Hegemony. Gramsci. Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

| | | |
|---|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 | BREVES APONTAMENTOS METODOLÓGICOS | 13 |
| 3 | A FORTUNA DA OBRA GRAMSCIANA: DA MORTE DO SARDO A SUA CHEGADA NO BRASIL..... | 16 |
| 4 | LUTAS POPULARES, REDEMOCRATIZAÇÃO E <i>DEMOCRACIA OPERÁRIA</i> | 26 |
| 5 | <i>O OUTRO GRAMSCI</i> E A CRISE DO MARXISMO | 37 |
| 6 | NEOLIBERISMO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REVOLUÇÃO PASSIVA | 47 |
| | REFERENCIAS | 53 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma análise se que desafia a buscar uma consubstanciação entre diferentes esferas e dimensões do método de um determinado objeto histórico. A tentativa foi de trabalhar com particularismos e universalidades em um só tempo. Ao passo que discutimos a compreensão própria de um autor específico sobre determinado conceito temos aí um objeto particularíssimo. Porém, esse autor não elabora pairando no ar, como diz Marx (2011, p. 25) nas linhas iniciais *d'O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita”. Sendo assim, o autor é produtor e produto da cena sob a qual elabora e está nela inserido. Além dessa segunda dimensão, digamos, contextual e histórica, há ainda a dimensão própria do objeto no qual nosso autor se debruçou em sua obra, os escritos de Antônio Gramsci. Esses por si têm seu léxico, seu nexos e sua dimensão própria. Trataremos aqui, portanto de analisar uma *leitura* de sua obra.

Edmundo Fernandes Dias (1942-2013) foi um intelectual, político, sindicalista e professor universitário. Há pouquíssimos relatos biográficos do autor. A ampla maioria que encontramos foram produzidos em virtude de seu falecimento, portanto são escritos de companheiros da luta sindical e partidária, estudantes que foram influenciados por suas inquietações e que buscaram prestar-lhe uma homenagem naquele momento. A exceção encontrada está apenas em um breve texto de meia página intitulado “O Autor” na publicação feita pela Editora da Unicamp em sua série que visava a publicação dos trabalhos de doutoramento de seus professores.

Dias nasceu no Rio de Janeiro, formou-se na Universidade Federal Fluminense em Ciências Sociais, e logo depois, ainda nos anos 1960, exilou-se no Chile em virtude da ditadura militar que se exasperava no Brasil. Lá estudou também na Faculdade Latino-americana de Ciência Política y Administración Pública (DIAS, 1987, p. 11). Dos estudos no Chile entra em contato de forma mais aprofundada com o marxismo, em especial com a vertente vinculada ao estruturalismo francês, da qual, segundo Santa (2013):

reteve o interesse pela linguística e a psicanálise – os estudos da linguagem e a questão da subjetividade deviriam preocupações duradouras do escritor, orador, docente e pesquisador; “Für Ewig” – e renunciou, em uma vigorosa antítese, às concepções de mundo, de homem e de conhecimento mesmas pressupostas no espólio racional do pensador francófono.

Ao retornar para o Brasil, lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Universidade Federal Fluminense, até se estabelecer, em 1976, como professor na Universidade Estadual de Campinas (DIAS, 1987, p. 11), no Departamento de Sociologia, dando aulas de Teoria Sociológica boa parte dos seus anos de cátedra (SILVA, 2013). Seu engajamento político na instituição foi marcante, sendo fundador de sua associação docente, a Adunicamp, onde foi vice-presidente de uma de suas gestões. Foi também um importante impulsionador do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES, sendo também vice-presidente regional em São Paulo. Quando se dá a fundação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, Edmundo Fernandes Dias novamente se engaja no processo, tendo sido membro das direções regionais de ambas, da direção estadual da CUT, e da direção municipal do PT, em Campinas (DIAS, 1987, p. 11). Em meados da década de 1990 rompe com o partido e a central que havia ajudado a fundar na década anterior e funda o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado e a CSP-Conlutas, onde permaneceu até seus últimos dias (BRAGA, 2013).

Alguns daqueles que lhe prestaram homenagem nos dias seguintes a sua morte valorizaram a sua intervenção sindical, em detrimento de sua produção teórica. Estes valorizaram sua contribuição ao movimento social e sua iniciativa de forjar e formar junto com a classe trabalhadora intelectuais orgânicos vindos dela. Essa intenção é expressa na proposta de fundação da Associação Brasileira de Educadores Marxistas (ABEM), em 2008, da qual Dias foi seu primeiro coordenador nacional (MENDONÇA, MORAES, MINTO, 2013, p. 12).

Porém, é de se notar que a contribuição no “mundo acadêmico” - ou melhor, na produção, impulsão e divulgação de uma teoria capaz de superar as mazelas atuais do sistema capitalista - do professor/sindicalista carioca não é nada pequena. Como impulsionador/divulgador, foi fundador do Centro de Estudos Marxistas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp em 1996. De início participou da construção da revista *Crítica Marxista*, mas depois se engajou efetivamente na fundação da *Revista Outubro*, ao final dos anos de 1990 (BIANCHI, 2016). É interessante inclusive a alusão que faz Silva (2013) sobre a concepção de Dias de Universidade, e de como isso pode ser interpretado também pelas suas opções nos projetos dos quais empregou seus esforços:

E ele via a Universidade como devendo funcionar desse jeito, como uma instituição verdadeiramente pública, daí o seu paulatino afastamento do ambiente e das instâncias de consagração do chamado “campo intelectual”, e sua resoluta opção pelo trabalho de difusão educativa *outsider*.

Sendo assim suas opções foram gradativamente levando-o para fora do corrente debate universitário, não só por sua preferência pelas *revistas militantes*, como também pela crescente mudança nas instituições de ensino público no Brasil que foram associando “de maneira cada vez mais intensa uma ética produtivista a uma neutralidade axiológica que cindia inapelavelmente ciência e política” (BIANCHI, 2016), movimento que ia de encontro a suas ideias e que trilhava um caminho sob o qual ele não poderia se guiar.

É na sua contribuição teórica que nos ateremos nesse trabalho. Ela é o nosso objeto de estudo fundamental. Sob ela buscaremos analisar como foi o processo de difusão dos conceitos gramscianos no vocabulário e na cultura política brasileira, justamente sob a ótica de um de seus críticos, que por sua vez, também foi um de seus divulgadores.

Em 1984, Edmundo Fernandes Dias defende sua tese de doutoramento em História Social no Programa de Pós-Graduação da USP. Intitulada *Democracia Operária*, ela foi publicada a primeira vez em 1987, na série da Editora da Unicamp já mencionada. O título, um tanto quando arredo, foi alterado na nova publicação, elucidando agora a problemática de forma mais explícita, sendo conhecido atualmente como *Gramsci em Turim: A construção do conceito de hegemonia* (2000). O objeto de estudo desse trabalho são os textos de juventude de Gramsci, aqueles produzidos na atividade polêmico-jornalística no período do *biennio rosso*. A invenção foi a de provar que, em 1916 “o conceito de hegemonia se encontrava ‘em estado prático’” (BIANCHI, 2013), e com isso abandonar a compreensão de que este seria um “intérprete filo-idealista da assim-chamada cultura europeia” (SANTA, 2013). Sua tese tem importância por ser a primeira a explorar de forma incisiva os textos da juventude do marxista sardo, que até então eram profundamente desconhecidos no país, sendo esse o primeiro trabalho de fôlego sobre o tema no Brasil. Porém, acima de tudo, no subtexto da problemática está a questão da redemocratização da qual passávamos naquele momento. O próprio autor faz uma provocação nesse sentido na introdução de seu trabalho dizendo: “Que sentido tem uma tese sobre Gramsci em um momento tão rico e contraditório como o que vivemos hoje?” (DIAS, 1987). Sobre o tema Santa (2013) comenta:

Enxergar a revolta do trabalho do ABCD paulista sob as lentes crítico-revolucionárias dos conselhos de fábrica da Itália setentrional era, contudo, não só uma questão de conteúdo, mas, também, de forma.

E é dessa forma que os problemas se conectam e a “questão democrática” brasileira passa a ser, para Dias, uma “questão operária”, sob a qual os operários brasileiros deveriam olhar com atenção os métodos utilizados pelos seus companheiros de classe italianos no passado.

A publicação da coletânea *O Outro Gramsci* (VVAA, 1996) coordenada por Dias amadurece as compreensões sobre uma apreensão diversa do italiano daquela que era feita correntemente no Brasil até então. Sua intenção era fundamentalmente se opor a interpretação eurocomunista, levada a cabo por uma minoria do PCB nos últimos anos da década de 1970, que buscava renovar o partido, tendo como principal nome Carlos Nelson Coutinho, mas também as apreensões liberais feitas através da leitura de Norberto Bobbio (BIANCHI, 2013). Com esse movimento Edmundo Fernandes Dias ilumina uma dimensão ampliada sobre o conceito de hegemonia, buscando valorizar o entendimento desse como sendo a expressão de uma forma de racionalidade construída com base nas múltiplas contradições da dominação estatal capitalista e suas formas institucionais e sociais, mas também como potencialidade de ruptura, de construção de uma racionalidade diversa, autônoma, abertamente classista, construída por e para os trabalhadores (DIAS, 1996). Dessa forma ele também consegue apreciar, em um trabalho publicado no ano seguinte, o movimento de reestruturação produtiva dos anos 1990 como sendo uma movimentação de revolução passiva, que por sua vez também constrói uma hegemonia de novo tipo, construindo novas relações no campo da produção e da vida social de forma totalizante (DIAS, 1999).

Portanto, nosso intuito será compreender de forma detida a dimensão ampliada, profundamente estratégica e articulada de forma totalizante que Edmundo Fernandes Dias atribui a obra de Gramsci e se utiliza dessa dimensão para suas análises em escala nacional e mundial.

Nos dias de hoje os conceitos desenvolvidos por Gramsci já estão profundamente difundidos não só nos meios acadêmicos, como também nas revistas e jornais, até mesmo nas mídias tradicionais, ainda que em boa parte das vezes eles não sejam fiéis à lógica sob a qual trabalhava o marxista sardo, e muitas vezes atribuem sentido contrário à ela (BIANCHI, 2013). Isso sem dúvida possui significado, no entanto, apreender a ele é uma tarefa muito interessante, porém difícil de se levar à cabo, por suas múltiplas determinações. Fato é que as apropriações dos escritos de Antonio Gramsci nos diferentes ramos das ciências humanas desde a sua primeira publicação confirmam a validade e originalidade destes do ponto de vista da riqueza de análise histórica, profundidade teórica e sua elaboração conceitual. Eles há muito extrapolaram o próprio marxismo no qual seu autor reivindicava e são utilizados por diversos

grupos intelectuais de outras vertentes de pensamento, vide por exemplo os trabalhos de Gayatri Spivak¹ (1998) e Edward Said (1978)².

Em nosso estudo buscamos, sobretudo, compreender a introdução de Gramsci no Brasil, ligado com as lutas de redemocratização e os levantes operários no ABC paulista, a fundação do Partido dos Trabalhadores e seu desenvolvimento. Para esse exercício optamos pela investigação detida dos principais trabalhos do período de Edmundo Fernandes Dias, *Democracia Operária* (1987), *O Outro Gramsci* (1996) e *A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital* (1997), com o objetivo de compreender a visão de um ator, ainda que de menor expressão, desse processo. Nos move também o fato de que, até então não existiam trabalhos que buscavam o estudo mais sistemático dos estudos do autor. Contudo, para desvendar esse emaranhado de conjecturas, nossa opção foi a de estudar a - até então singular em nossas terras - compreensão do conceito de hegemonia feita por esse sociólogo da política. Ao que parece uma restrição temática do objeto de análise, o próprio conceito de hegemonia tem, por si, uma dimensão de totalidade e uma historicidade.

O conceito, segundo Buci-Glucksmann (1980) não teria surgido com Gramsci, como alguns autores defendiam de forma a buscar afastar Gramsci de Lenin, como salienta pesquisadora em seu conhecido livro *Gramsci e o Estado*. Ele teria já, antes dos escritos do marxista sardo, estado presente não só em Lenin, como também em vários importantes dirigentes da Internacional Comunista. Gramsci começa a trabalhar com o conceito já em 1924 e toma notoriedade a partir da publicação de *A Questão Meridional* (1926). É com o dirigente comunista que o conceito dá, segundo Buci-Glucksmann, um salto qualitativo, na busca de “designar a estratégia alternativa do proletariado, o papel dirigente da classe operária na ditadura do proletariado” nas diferentes formas que se apresentaram pela luta de classes.

Raul Burgos complexifica essa afirmação, ao escrever um artigo sobre o desenvolvimento das experiências de resistência latino-americana ao neoliberalismo na primeira metade dos anos 2000, em especial sobre as “Fábricas Recuperadas” na Argentina (BURGOS, 2017). Seu estudo que nos ajuda a compreender as amplas dimensões do conceito de hegemonia. Ainda que possamos tecer críticas a algumas colocações desse escrito, a ideia de valorizar a dimensão da teoria da hegemonia desenvolvida por Gramsci como uma “Teoria Integral”, que “envolve o conjunto da reflexão teórico e política do pensador italiano”

¹ Para uma crítica a utilização desses conceitos pelas vertentes pós-coloniais ver ROIO, Marcos Del. Gramsci: Periferia e Subalternidade. São Paulo: EdUSP, 2017.

² Para um diálogo retornando a Gramsci a partir de algumas ideias de Said ver BARATTA, Giorgio. Antonio Gramsci em Contraponto. São Paulo, Editora da UNESP, 2011.

(BURGOS, 2017), nos parece essencialmente correta. Portanto, ao tratarmos do conceito de *hegemonia*, teremos que, indubitavelmente passar pela discussão sobre os conceitos de *revolução passiva*, *sociedade civil*, o assim tratado binômio *guerra de posição/guerra de movimento*, entre outros conceitos que dão sentido a singularidade do texto gramsciano.

Esse trabalho, então, é a iniciativa de uma primeira incursão no debate sobre a validade teórica de Gramsci para a análise da realidade não só dos países europeus, mas também do mundo marginal, da periferia do sistema, de seus desenvolvimentos desigualmente combinados, das diferentes regiões que produzem a amalgama histórica que, por sua vez, reproduz a si mesma. Silva (2013) salienta que a elaboração de Gramsci permite uma análise sobre diferentes âmbitos espaciais “apoiada na noção de bloco histórico”. Assim seria possível compreender a função pela qual a “Europa (imperialista), o Estado nacional italiano (industrial capitalista, com forte concentração no Norte), e ainda a região do Mezzogiorno (um monstruoso bloco agrário)” se articulavam na estruturação da hegemonia capitalista. Nos distanciando de uma leitura de Gramsci que entende que o revolucionário italiano seria um *teórico das civilizações ocidentais*, valorizamos a compreensão das diferentes contradições que se põem entre ocidentalismos e orientalismos em uma mesma formação nacional, e o modo como ela está inserida internacionalmente, tal qual pensou Gramsci para a Itália.

Por fim, acreditamos que começar o esforço de estudar Gramsci através da análise de um autor como Edmundo Fernandes Dias é uma escolha arriscada, dado o caráter pouco sistemático de seus escritos. Mas é uma escolha que se justifica pela necessidade de ajustar as contas de sua obra com a historiografia política brasileira. Por fim, queremos estabelecer uma relação com a obra dele, tal qual o próprio acha correto estabelecer com a obra de Gramsci:

Ler Gramsci hoje é tomá-lo como fonte de problematização. Não se trata de reificar sua teoria, de dar a ela o estatuto de verdade. Pelo contrário. O que se faz necessário é fazer avançar sua teoria e, com ela, o nosso conhecimento do real. (DIAS, 1996, p. 112)

Por isso nosso intuito é estabelecer uma visão histórico-crítica de sua obra para compreender suas especificidades e assim também sua validade para explicações dos problemas que enfrentam os movimentos sociais brasileiros.

2 BREVES APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A ambiguidade de nosso objeto faz com que tenhamos que estar abertos as diferentes possíveis abordagens que possam nos facilitar, que abram caminhos metodológicos para a pesquisa. Desse modo nos parece correto trabalhar com a história das ideias como norteadora, buscando um diálogo com a história social e, em especial, com o conceito de cultura política para apreendermos o local da contribuição de Edmundo Fernandes Dias no debate gramsciano brasileiro das décadas finais do século XX. Dessa forma o intuito foi de organizar dois planos, como Marcos Del Roio defende em seu *Os Prismas de Gramsci* (2019): o “histórico concreto” e o “teórico político”, buscando clarificar o cenário ao mesmo tempo em que apreende o produto/produtor dele, a obra de Dias.

A história das ideias como proposta de abordagem avançou muito na segunda metade do século XX, especialmente impulsionada pelas renovações da *Escola dos Annales*, entre tantas a *histoire des mentalités* em especial, também pelo *history from below* de E. P. Thompson e da História Social britânica e, por fim, pelos teóricos do pensamento político como Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock (DARTON, 1990). A marca desse avanço, naquilo que Darton preferiu chamar de “história intelectual”, foi a verve contextualista, que negava a possibilidade do simples estudo do dito, *stricto sensu*, pelo autor, demonstrando que essa perspectiva impossibilitava enxergar os objetivos das obras que eram estudadas, ou até retiravam delas conclusões sobre problemas do presente, de interesse dos pesquisadores, dos quais não eram questões aos autores objetos do estudo de suas ideias (SKINNER, 2017). Desse modo é fundamental “dar a perceber a rede dentro da qual está inserido determinado autor ‘produtor de ideias’ – investigando dentro desta rede tanto as influências que o autor recebe como a recepção de suas ideias pelos seus diversos contemporâneos”, e enquadrar a relação que esse autor estabelece com as demais ideias, onde estabelece pontes e onde proporciona rupturas (BARROS, 2017).

Em que pese a falta de uma “*problématique* norteadora”, como afirma Darton (1990), da história das ideias, ela carrega em si uma amalgama de múltiplas possibilidades. Barros (2017) comenta inclusive que seja desnecessário no atual momento da historiografia das ideias, dado o seu grau de desenvolvimento, afirmar a sua unicidade com a “história social” (portanto aquela que analisa não só o texto mais também o “histórico concreto”) de um trabalho bem executado. Sobre esse aspecto, os historiadores sociais das ideias não têm mais se contentado em analisar unicamente as obras e seus contextos, mas também a difusão das ideias expostas nela (DARTON, 1990). É muito profícuo, sobre esse aspecto, analisar a colocação que faz

Lincoln Secco em seu estudo sobre a difusão das ideias de Gramsci no Brasil, justamente em um momento em que ele analisa o movimento utilizado pelos dirigentes do Partido dos Trabalhadores em seu esforço de amadurecer um programa político que expressasse corretamente as tarefas para a sociedade brasileira. Ele faz então uma colocação de método que é de suma utilidade aos historiadores que se deparam com a questão da produção das ideias:

Essa atividade ideológica, quando visa acumular forças e argumentos, e não apenas obter votos em eleições, constitui uma área específica de estudo, talvez um pouco “abaixo” daquela história das ideias que reconstitui ideologias e teorias. Talvez um pouco “acima” daquilo que os franceses chamariam de *l’humus des mentalités*. Sem essa zona de transição onde a filosofia encontra o senso comum e as ‘ideologias impregnam os grandes debates’ nenhum partido permanece portador de uma nova cultura. (SECCO, 2002, p. 74)

Portanto, podemos afirmar que, longe de qualquer dogmatismo, a análise das ideias de determinada sociedade é fruto também da vontade política dos grupos que lutam na esfera pública. Quando bem sucedidos esses grupos criam culturas políticas específicas, que marcam o jeito sob o qual aquele conjunto compreende sua intervenção na realidade.

Patto Sá Motta (2009, p. 9) assim conceitua a cultura política:

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro

(...)

Pode-se dizer que muitas das culturas políticas consistentes possuem ideologia, entendida como um sistema de ideias que constitui o seu cerne. Mas é importante não resumir uma coisa à outra, e perceber que a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes).

Segundo ele, esse conceito, que se influencia também na sociologia, psicologia e antropologia, nos ajuda a compreender o que baliza as ações políticas cotidianas dos diversos grupos, sendo muito “determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição”. Porém, é importante a localização de que essas ações não são homogêneas e nem estanques, estão sim em constante “disputa pelo espaço público e pelo controle do Estado”. Por isso, essas culturas, muitas vezes não são unicamente contidas em organizações partidárias, ainda que possam também estar contidas ou serem originárias de diversas formas partidárias (MOTTA, 2009).

Por fim, uma questão levantada por Quentin Skinner (2017) nos parece muito importante para aqueles que adentram nos estudos gramscianos. Para ele a “mitologia mais persistente” dos historiadores das ideias é aquela que espera que o autor clássico estudado tenha

uma doutrina acabada sobre “cada um dos temas considerados constitutivos de um tópico”. Ainda que possamos argumentar que Gramsci tem em todos seus escritos profundas compreensões sobre as mais diversas áreas de conhecimento, o fator que pesa, e que torna a elaboração de Skinner pertinente é, pelo caráter fragmentário de sua obra, o “perigo de transformar observações dispersas e acidentais de um teórico clássico em sua ‘doutrina’ sobre um dos temas esperados.” (SKINNER, 2017). O próprio Gramsci estava atento para esse problema, quando estudava as obras de Marx e Engels. Na nota *Questões de método* do Caderno 16 ele afirma:

“É preciso, antes de mais nada, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do pensador dado para identificar os elementos que se tornaram estáveis e ‘permanentes’, ou seja, que foram assumidos como pensamento próprio, diferente e superior ao ‘material’ anteriormente estudado e que serviu de estímulo” (GRAMSCI, 2015, p. 18)

Por isso tantos estudiosos afirmam sobre a importância da edição crítica dos *Cadernos do Carcere* para a compreensão adequada do “ritmo de pensamento” (GERRATANA apud BIANCHI, 2018, p. 37) que melhor explicita a pesquisa ali desenvolvida. Esse debate nos parece contundente, na medida em que não só é o texto gramsciano que se apresenta como fragmentário – ainda que sua elaboração tenha uma forte unidade teórica e conceitual -, como também, em menor grau, é também a obra de Edmundo Fernandes Dias. Roberto della Santa (2013) chega a dizer que aquele que se dedicar a fazer um trabalho de edição sistemática de suas obras escolhidas terá diante de si um “Labor de Sísifo”. Por isso, nossa aposta nesse trabalho foi enfatizar, seguindo as ponderações de Gramsci, aqueles trabalhos sob os quais o autor se dedicou a dar forma acabada.

3 A FORTUNA DA OBRA GRAMSCIANA: DA MORTE DO SARDO A SUA CHEGADA NO BRASIL

Os estudos gramscianos sempre, ao iniciar sobre seu tema, buscam localizar uma compreensão sobre a peculiaridade de sua obra, dado as múltiplas interpretações. Sigamos por esse caminho.

Antonio Gramsci foi preso pelo regime de Mussolini em 8 de novembro de 1926. Ele era então secretário-geral do Partido Comunista da Itália (PCd'I), desde janeiro do mesmo ano, quando venceu o grupo de Amadeo Bordiga na luta política do congresso do partido. Até então, todo seu trabalho intelectual era

uma enorme quantidade de artigos para a imprensa operária, um bom número de informes para serem discutidos pelo seu Partido, várias cartas privadas sobre questões de estratégia revolucionária e, pelo menos, um ensaio mais denso, dedicado a *Alguns temas da questão meridional*, no qual ainda trabalhava no momento da sua prisão (COUTINHO, 2017, p. 7)

A dispersão de seus escritos, para além do ensaio sobre a *questão meridional*, fez o próprio negar a publicação de uma coletânea de seus escritos, afirmando a cotidianidade desses trabalhos que deveriam perecer “tão logo se encerrasse o dia” (GRAMSCI apud COUTINHO 2017, p. 7).

Logo no seu primeiro mês de encarceramento Gramsci inicia uma comunicação por carta com Tatiana Schucht, sua cunhada, militante do PCd'I, que o acompanhou durante todo seu período carcerário. Ela foi a responsável por estabelecer conexões entre Gramsci, Piero Sraffa - economista professor em Cambridge e simpatizante comunista - e o centro político do partido italiano, que se estabeleceu em Paris (VACCA, 2012). No conteúdo dessa primeira carta ele dizia estar “atormentado por essa ideia: de que é preciso fazer algo ‘für wing’” (GRAMSCI apud BIANCHI, 2018, p. 23). O termo, que remete a Goethe, mostra a vontade do autor de contrapor a dispersão que marca o conjunto de seus escritos pré-carcerários a um trabalho *para sempre*, um estudo político que explorasse os temas da cultura, do gosto popular, linguística e a formação dos intelectuais no país.

Ele só consegue efetivamente começar a escrever as primeiras linhas desse projeto dois anos depois, em 1929, quando a diretoria da prisão lhe permite, e só vai parar em 1935, quando a debilitada saúde não permite mais a continuidade do trabalho, deixando então 33 cadernos escolares que posteriormente seriam conhecidos como os *Cadernos do Cárcere* (COUTINHO, 2017). Esse projeto inicial, descrito na carta à Tatiana se transforma muitas vezes, que podem

ser vistas comparativamente no volume I da atual edição brasileira dos *Cadernos*. Em 1930, é perceptível, segundo Bianchi (2018), uma crescente politização de seus escritos, a partir de uma curta nota que está *Caderno I*, ele escrevia:

§40 “A ‘formula’ de Léon Blum: O poder é tentador, mas só a oposição é confortável”
(GRAMSCI, 2014, p. 121)

A motivação dessa reflexão seria a polemica sobre qual a correta abordagem do movimento comunista internacional, em especial dos países europeus naquele momento, na luta contra o fascismo, justamente após “o giro sectário da Internacional Comunista dado pelo 6º Congresso (1928) e consolidado pelo 10º Plenum do Comitê Executivo (1929)” (BIANCHI, 2018, p. 26). Porém a “forma final” (ainda que com não poucas adaptações) do projeto executado na prisão por Gramsci, seria esboçada em 1931, quando sua saúde se agrava e ele toma por decisão restringir seus temas de pesquisa e buscar avançar no já trabalhado, começando a redigir várias de suas anotações anteriores, retrabalhando-as.

Há um amplo debate sobre se o significado dessas reescrituras, ou o que chamamos de “cadernos especiais”. Seriam eles a passagem do “modo de investigação” para o “modo de exposição” da qual Marx menciona no posfácio da segunda edição *d’O Capital* (2013)? Sobre isso, nos parece correto a abordagem que faz o sociólogo Alvaro Bianchi, em expor as diferentes vezes da qual o sardo, mesmo após 1931, afirmou que o caráter de seus textos era para um “pró-memória”, um material que subsidiaria uma pesquisa de maior folego posteriormente. Isso aparece em carta à Sraffa em 1932, e em recorrentes notas presentes nos *Cadernos* 4, 8 e 11 (BIANCHI, 2018). Essa constante afirmação, não nos deixa concluir o extremo oposto, do qual Gramsci não teria avançado sobre sua pesquisa, mas nos parece que ele compôs uma mediação, trazendo alguns elementos de exposição, ainda que não ultrapasse a fase de pesquisa, o que demonstra o caráter provisório e inacabado daqueles estudos. Porém, uma questão colocada nos parece muito pertinente:

Se os *Quaderni del cárcere* fossem apenas o registro de uma investigação em andamento, um ‘caderno de campo’ no qual o pesquisador registrava suas reflexões e o resultado de sua atividade científica, se essas notas se destinavam apenas à leitura de seu próprio autor, então que sentido teria essa advertência? (BIANCHI, 2018, p. 34).

Essa pergunta, de difícil resposta, nos faz levantar a hipótese de que o sardo, pelo agravar de sua saúde nas precárias condições carcerárias estaria precavendo a quem viesse a ter contato com esses textos inacabados de que assim o eram, indicando assim que eles deveriam ser explorados com cautela.

Gramsci morre em 27 de abril 1937, vítima de um derrame cerebral, dias depois de conquistar a plena liberdade, da qual não conseguiu desfrutar, padecendo ainda na clínica *Quisisana*, em Roma, onde era tratado das enfermidades, até então, em liberdade condicional. Da contradição de sua obra “*fur wing*” se materializar em uma série de notas esparsas para um “pró-memória” (BIANCHI, 2018), não tira delas a validade e a qualidade de renovar e reavivar o marxismo na sua mais primorosa cultura e desenvolvimento. Marcos Del Roio (2019) bem aponta que, em que pese o “instrumentalismo político, ainda que bem-intencionado” em que é muitas vezes utilizada sua obra ela é um voluptuoso diálogo entre o movimento comunista internacional e as correntes do pensamento nacional italiano:

De Lenin é a apreensão da necessidade de traduzir a particularidade da Revolução Russa na particularidade da revolução italiana num estranho movimento dialético que passa do universal para as diferentes particularidades. Daí a necessidade de pensar o partido revolucionário da classe operária e de pensar a aliança operário-camponesa.” (DEL ROIO, 2019, p. 33)

Portanto estariam nos *Cadernos* de estudo de Gramsci na prisão - mas não só neles - uma ferramenta importante para uma apropriação não dogmática do marxismo, em oposição a tendência da Internacional Comunista (IC) no período.

Uma vez que Gramsci teve sua obra compilada e publicada de forma sistematizada apenas depois de sua morte alguns autores argumentam sobre o seu caráter póstumo (COUTINHO, 2017). Isso significa que a forma sob a qual elas vieram a público são de suma importância para entender o modo como elas foram apreendidas. O debate sobre as edições desses textos, em especial dos *Cadernos*, por serem os mais difundidos é longuíssimo e profundamente polêmico.

No dia 11 de junho de 1937, dois meses depois da morte do sardo, Palmiro Togliatti, principal dirigente do partido italiano depois que Gramsci fora preso, escreve uma carta a Manuilski, então membro da direção da IC, afirmando que os escritos feitos pelo companheiro recentemente falecido “continham uma interpretação materialista da história italiana”, de suma importância “não apenas para o partido italiano, mas também para a Internacional (TOGLIATTI apud DIAS, 1996). Em 1941, em carta à Dimitrov, Togliatti então escreveu:

Meus argumentos são os seguintes: a) não é correto que sejam assim constituídos os arquivos de materiais referentes a Gramsci [sobre o pedido das cópias pela família]; b) os cadernos de Gramsci, que já estudei cuidadosamente em quase sua totalidade, contém materiais que só podem ser utilizados depois de uma cuidadosa elaboração. Sem esse tratamento, o material não pode ser utilizado, e, aliás, *algumas partes do mesmo, se forem utilizadas na forma em que se encontram atualmente, poderiam ser não úteis ao partido*. Por isso, penso que esse material deva permanecer em nosso arquivo, para ser aqui elaborado. [É uma questão de] segurança organizativa – para

hoje e para o futuro – que tudo seja utilizado confirme à finalidade e modo como é necessário” (apud COUTINHO, 2017, p. 21)³

A partir dessas colocações abre-se um profundo debate na historiografia do tema, sobre o papel de Togliatti como editor dos *Cadernos*. A discussão gira em torno fundamentalmente, daqueles escritos que poderiam ser “não uteis ao partido”. Segundo Vacca, o secretário geral do PCI visava “‘canonizar’ a figura de Gramsci *post mortem* para poder garantir a preservação de sua memória e dos seus trabalhos” (apud DIAS, 1996, p. 108). Essa nos parece ser também a interpretação de Dias e Bianchi (2018), entendendo a iniciativa de Togliatti como editor nesse momento era o de enquadrar os *Cadernos* nos dogmas prescritos na teoria oficial da IC, o “marxismo-leninismo”⁴, desse modo construir uma linha de continuidade que estabelecesse Gramsci como um clássico, na sequência de “Marx-Engels-Lenin-Stalin”, que terminaria favorecendo também, o prestígio do próprio Togliatti.

Carlos Nelson Coutinho, em seus últimos escritos, parece dialogar também com essa interpretação. Segundo ele, há “uma clara tentativa de orientar o leitor a ler os textos gramscianos segundo uma perspectiva ‘oficial’ sem levar em conta que - como Togliatti já o sabia desde 1941, conforme vimos em sua supracitada carta a Dimitrov - eles contêm coisas que ‘poderiam ser não úteis ao partido’” (COUTINHO, 2017). O receio das possibilidades de leituras “heterodoxas” dos escritos teria levado inclusive Togliatti a não assinar a editoração, buscando desse modo responsabilizar o partido de conjunto pelas “heresias gramscianas”

Por fim, uma leitura que parece ter bastante influência sobre os gramscianos brasileiros que estudam sobre esse específico tema é a interpretação de Guido Liguori, que defende que a ação de Togliatti no texto que deu origem a primeira edição dos *Cadernos* teria um preço, que deveria ser avaliado “no altar da salvaguarda da memória de Gramsci e do seu legado em meio às intempéries do stalinismo”, preço esse que não deveria ser “superestimado, a não ser que se compare indevidamente nossa consciência e nossa liberdade de leitores contemporâneos com as dos autores de então” (LIGUORI apud SENA JR., 2013, p. 23). O próprio Coutinho (2017) faz algumas mediações sobre o papel de Togliatti como editor, ainda na mesma introdução à

³ É importante salientar que os itálicos da citação são feitos por Carlos Nelson Coutinho, ao citar Togliatti.

⁴ Aqui cabe, à título de justiça da posição dos autores, esclarecer que a compreensão crítica que se faz ao uso do termo “marxismo-leninismo” não é uma tentativa de relativizar Marx ou Lenin, seja em seus próprios trabalhos, seja na influência que eles tiveram na obra de Gramsci, mas sim criticar a tentativa de canonizar, simplificar e dogmatizar a teoria histórico dialética de Marx, refluindo seu potencial crítico e seu caráter aberto. Esse tema foi inclusive bem explorado pelo próprio Gramsci, em sua polêmica com Bukharin, ainda que naquele momento esses elementos não estavam tão desenvolvidos quanto estariam na segunda metade dos anos 1930 até, ao menos, a década de 1950.

mais recente edição brasileira, salientando o papel importantíssimo que teve a primeira edição para a difusão inicial dos escritos gramscianos.

A primeira edição dos *Cadernos do Cárcere* veio a público a partir de 1948, com “*Il materialismo storico la filosofia de Benedetto Croce*”, seguido de “*Gli intellettuali e l’organizzazione della cultura*” (1949), “*Il Risorgimento*” (1949), “*Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo stato moderno*” (1950), “*Letteratura e vita nazionale*” (1950), “*Passato e presente*” (1951) (SECCO, 2003), pela Editora Einaudi.

Como se vê, a polêmica escolha de Togliatti foi, em especial a de agrupar as anotações da forma temática em volumes independentes. Pode-se, corretamente, justificar esse trabalho com o texto a partir do *Raggruppamenti di matéria*, exposto em nota no caderno 8, datada de 1931 (BIANCHI, 2018) ou que o fragmentário texto e as “sucessivas tentativas do próprio Gramsci de reordenar suas notas segundo um critério temático” (GUERRATANA apud COUTINHO, 2017, p. 27), ou mesmo que a exposição dessa forma facilita aqueles que se aproximam pela primeira vez, é no trabalho mais sistemático de compreensão dos significados do texto gramsciano que a edição mostra suas lacunas.

O principal problema indicado é a fusão dos materiais escritos em cadernos miscelâneos – que são, de forma simplificada, aqueles de pequenas notas, menos destrinchadas -, com os de cadernos especiais, alterando ainda sua ordem e misturando elaborações escritas em diferentes momentos. Isso implicava fundamentalmente em que “a particular modalidade de investigação do autor dos *Quaderni*, ‘o ritmo de pensamento’, como gostava de dizer, era apagada e perdiam-se as reais determinações dos conceitos por ele elaborados” (BIANCHI, 2018), e ainda que tornava “inescapável a impressão de que Gramsci encaminhara a redação de seus diferentes ‘livros sobre variados temas de ciências sociais, indo da filosofia à crítica literária, da política à história, do folclore à gramática”, ainda que houvesse uma advertência contida nos sumários e no prefácio da obra (COUTINHO, 2017). Portanto, a edição proporcionava a um só tempo a compreensão de um escrito razoavelmente acabado de Gramsci, que trabalhava em favor de apresentá-lo como teórico crítico da cultura e das superestruturas, e menos da crítica política propriamente dita.

No entanto, é importante ressaltar que a primeira edição dos *Cadernos do Cárcere* cumpriu papel fundamental de divulgação dos textos de Antonio Gramsci, que era conhecido até então apenas como vítima do regime de Mussolini, com pouquíssima atenção para sua obra teórica. A ambiguidade da ação de Togliatti nesses textos, profundamente inseridos na ampla conjuntura do movimento comunista internacional, proporcionou sensíveis alterações, mas também uma edição que, segundo Secco (2003) “em termos gramscianos, é a mais importante,

pois foi a partir dela que vários conceitos gramscianos se tornaram força política em muitos partidos ou órgãos de imprensa”.

Além desse tema, uma questão que, para nós, ainda fica em aberto, é que, ainda que Togliatti tivesse utilizado das obras para enquadrar Gramsci no “marxismo-leninismo”, para proteger a si próprio também relativamente, como apontam uma série de autores, não estaria ele também, por essa mesma lógica, se expondo às “heresias” do prisioneiro do fascismo, na medida em que foi o principal organizador desse trabalho desde a carta à Manuilski? Deste modo, o sentido da empreitada de Togliatti não pode ser entendido como uma movimentação que visava garantir-lhe apenas benefício próprio. De fato, a atuação de Togliatti como editor dos cadernos foi o que proporcionou a publicização deles ao mundo.

Fato é que, em 1975, Valentino Guerratana organiza um conjunto de pesquisadores e produzem a chamada *edição crítica*, publicando os textos em ordem cronológica e terminando com um amplo volume onde consta um prolífico aparato crítico. Analisando a crítica de Gianni Francioni sobre essa edição, em especial à cerca da datação dos parágrafos e da não clara separação entre cadernos miscelâneos e especiais, Coutinho (2017) bem conclui que não estaríamos diante da “única edição crítica possível dos *Cadernos*”.

Porém, a *edição crítica* foi responsável por um boom nos estudos gramscianos, que extravasaram a Itália. Segundo Secco (2003), até os anos 1960, a obra de Gramsci produzia, na Europa, cerca de cinquenta trabalhos por ano. A partir de 1966 ela extrapola sempre os 100 estudos, até que de 1974 até a década de 1980, em que atinge a marca de mais de 200 trabalhos/ano. Vale ressaltar que só em 1977 e 1987 houve 1160 publicações, em ocasião dos 40 e 50 anos da morte do marxista sardo, respectivamente.

Mas esse boom também não pode ser imputado unicamente como o resultado do lançamento da *edição crítica*. É, antes de tudo, o crescimento do PCI e do pensamento eurocomunista que alavanca esse processo. A vertente de pensamento começa a ser gestada a partir do processo de desestalinização e da abertura para um marxismo mais polissêmico, resultado, no primeiro caso, do processo aberto por Nikita Khrushchov a partir de seu conhecido relatório, seguido pela invasão da Hungria pela URSS, ambos ocorridos em 1956. Ela se desenvolve a partir da elaboração de Togliatti do conceito de “democracia progressiva” e da elaboração da “via italiana para o socialismo”. Segundo Del Roio:

A estratégia política então chamada de ‘eurocomunista’ estava voltada para a disputa da hegemonia no terreno da democracia liberal-burguesa, tentando a reversão em favor da classe operária e das massas populares. A direção política e a intelectualidade comunista tentara, com méritos inegáveis, perscrutar teórica e praticamente esse caminho, fundamentando-se numa leitura de Gramsci fortemente marcada pela

conjuntura e pelo desafio que se apresentava, tendo despontado a importância do tema da hegemonia e do pluralismo político como essencial à democracia. (2019, p. 31)

O movimento, que, segundo o autor, teve seu apogeu em meados dos anos 1970, curiosamente junto com o lançamento da edição crítica na Itália, seria uma tentativa de revigorar o pluralismo e os “valores democráticos” do movimento comunista, mas não sem sofrer pressões sobre a conjuntura internacional e a ofensiva do liberalismo. Del Roio localiza o começo do ostracismo do PCd'I justamente no momento que a tentativa de “disputa da hegemonia no terreno da democracia liberal-burguesa” leva ao “apoio comunista ao governo minoritário da Democracia Cristã, chamado de ‘solidariedade nacional’, justificado pela necessidade de defender a ‘democracia’ diante do ataque terrorista” (DEL ROIO, 2019, 25), no ano de 1978. Esse “impasse estratégico”, levaria à um aprofundamento das críticas ao legado histórico da Revolução Russa e uma aproximação progressiva de Gramsci ao pensamento liberal, o que terminou com a auto extinção do partido, 13 anos depois.

Carlos Nelson Coutinho, o principal intelectual brasileiro a se identificar com o movimento eurocomunista, ainda no final dos anos 1970, nos dá algumas pistas para compreender o fenômeno, ao publicar uma série de artigos na Folha de São Paulo, em 1982, na ocasião do golpe na Polônia. Neles, o filósofo diz que não é mais possível defender a ideia de “Estados operários com deformações burocráticas” para a URSS e sim apenas Estado burocrático, no qual sua burocracia dirigente estaria em função do “desmantelamento de qualquer organização autônoma da sociedade civil” sendo, no plano internacional uma “superpotência hegemônica, que impõe coercitivamente seu modelo de ‘socialismo de Estado’” (COUTINHO, 1984, p. 112). Deixemos, nesse momento, a crítica sobre o uso do conceito de sociedade civil de lado para quando formos trabalhar com a compreensão de Dias sobre o tema no próximo capítulo. Porém, nessa elaboração nos parece claro o afastamento do bloco soviético e uma absolutização dos elementos nacionais poloneses para determinar a correlação do fenômeno que ocorreria no país. Nesse período, emergiam nas duas principais potências imperialistas do mundo, EUA e a Inglaterra, líderes como Ronald Reagan e por Margareth Tachear, que viriam a ser os predecessores do neoliberalismo. O resultado do processo polonês, olhado em perspectiva, é a vitória do movimento restauracionista católico capitaneado por Lech Walesa. Isso obviamente não justifica a repressão do regime soviético sobre as massas do país no período, mas mostra que a contradição que estava colocada no período, não era de fato, nada simples.

Mas Coutinho faz também apontamentos pertinentes, que inclusive prefaciavam o argumento vencedor dos liberais na década de 1990. Segundo ele, para os “conservadores e liberais” a “burocratização da vida social que caracteriza o ‘socialismo real’ não é mais do que a expressão prática do totalitarismo já supostamente implícito nas teorias de Marx” (COUTINHO, 1984, p. 113). Opõe essa crítica a uma contundente defesa do reavivamento da democracia operária, porém que se confunde entre estados operários e capitalistas, como “valor universal”.

De forma geral, nos parece que a influência dessa corrente teórica, somado a crise do movimento comunista internacional, em nosso país teria levado uma série de intelectuais e dirigentes partidários, em especial aqueles ligados ao Partido dos Trabalhadores, à naturalização da ordem e das instituições no final dos anos 1990. Trataremos desse tema mais à frente. Por um lado, tentativa de compreender o fenômeno político do eurocomunismo é fundamental para a compreensão do modo como a obra de Gramsci foi apropriada no Brasil, sendo seu principal momento de difusão feito através dessas ideias. Por outro, a literatura disponível em nosso idioma é um limitador importante para o estudo dessas ideias, e seria reducionista afirmar unilateralmente o alinhamento das elaborações eurocomunistas e da crise do PCI, com o processo brasileiro. Cabe ressaltar que parte do partido italiano, que se engajou na sua liquidação, assumiu posições liberais próximas as de Norberto Bobbio, tal qual foi o caso de Giuseppe Vacca, mas que esse processo não ocorreu sem resistência, que motivou movimentos pela reorganização do PCI.

Porém, a iniciativa de introduzir Gramsci no Brasil precede o final dos anos 1970. Antes mesmo da publicação italiana dos cadernos já haviam circulado na imprensa brasileira e latino-americana socialista alguns artigos sobre Gramsci. Em comum sobre eles estava essencialmente a “exaltação a Gramsci como figura moral e silêncio sobre sua obra” (ARICÓ apud SECCO, 2003, p. 18). Portanto a figura do marxista sardo possuía já autoridade, vinculada mais ao martírio do cárcere fascista do que a sua contribuição original para o pensamento marxista.

Há na segunda metade dos anos 1950 e nos primeiros anos de 1960 a criação de revistas que eram influenciadas pelo pensamento de Gramsci, como a Revista Brasiliense, organizada por Astrogildo Pereira, no Brasil e a Pasado y Presente, por José Aricó, na Argentina. É nesse período que sai o primeiro artigo debatendo o caráter político da obra de Gramsci no Brasil, em 1962, escrito por Michel Lowy, e que alguns jovens comunistas começam a se interessar com o pensamento do sardo. Alguns autores analisam inclusive a Declaração de Março de 1958 do PCB, que marca uma virada frente a postura anterior do partido e abre uma fase da defesa da “acumulação de forças”, já estaria em diálogo com apropriações do conceito gramsciano de

“guerra de posição”, e que após esse texto o conceito de hegemonia torna-se frequente no vocabulário interno do partido (SECCO, 2003, SENA JR, 2013). A virada política respondia às reconfigurações no PC soviético após a morte de Stalin e produziu no Brasil, na visão de Coutinho (1990) “um processo, embora tímido, de abertura pluralista”, que possibilitava a utilização de novas fontes teóricas, ainda que chegassem para os pouquíssimos dos militantes, em especial aqueles ligados ao PCB (DIAS, 1991). Essa conjunção de fatores levou o editor da Civilização Brasileira, Enio Silveira, a encontrar esses jovens militantes do PCB, dentre eles Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, que já estavam interessados em publicar Gramsci no Brasil (COUTINHO, 2017).

Essa “Operação Gramsci” previa a publicação de uma compilação abrangente das cartas de Gramsci e da edição temática dos *Cadernos*. A edição brasileira das *Cartas do Cárcere* vem a público em 1966, seguido no mesmo ano de Concepção Dialética da História e, em 1968, da publicação de *Literatura e Vida Nacional, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno e Os intelectuais e a Organização da cultura*, todos pela Civilização Brasileira (SECCO, 2003). O enrijecimento do regime a partir de 1968, com o AI-5, impossibilitou a publicação, naquele momento, dos dois compilados temáticos finais, *Passado e Presente* e *O Ressurgimento*.

A edição publicada no Brasil trazia consigo os limites da edição italiana, mas também continha alguns agravantes. O mais marcante, sem dúvida, fora a supressão dos prefácios que continham o alerta de que aqueles textos eram compilações temáticas dos textos escritos por Gramsci, mas não ordenado por ele, portanto, expandia-se o problema da percepção dos *Cadernos* como “livros mais ou menos sistemáticos” (COUTINHO, 2017, p. 38).

A difusão dessas obras não foi nada expressiva, sendo praticamente restrita a pequenos círculos internos do PCB (assim como foi entre os comunistas argentinos) (BIANCHI, 2018). A apreensão dos elementos políticos de Gramsci na política e na intelectualidade brasileira seguia o rito de priorizar as elaborações sobre “os intelectuais e a cultura” (DIAS, 1991) em detrimento das mais vinculadas a política. No “primeiro ciclo” da propagação do pensamento de Gramsci no Brasil ele foi visto “muito mais próximo de Lukács do que de Lenin” (COUTINHO apud SECCO, 2003), pouco se debatia sobre a noção de “Estado ampliado”, “Revolução Passiva” e etc., o foco era localizar Gramsci em uma “leitura humanista e historicista do marxismo”, opondo-se à vulgarização do marxismo operada nas décadas anteriores (COUTINHO, 1990). A falta de uma exposição sistemática de um aparato crítico sobre a história do movimento comunista na qual Gramsci estava inserido impossibilitou boa parte da compreensão do significado daquele projeto editorial para a maioria dos militantes socialistas daquele período (DIAS, 1996).

O AI-5, que embargou a continuidade da publicação das obras de Gramsci no Brasil, teve obvio impacto na recepção do marxista sardo em nossas terras, Bianchi (2018) inclusive aponta que a “radical mudança do ambiente político-cultural” desencadeada seria a responsável pelo fracasso editorial.

Mas é no contexto da luta contra a ditadura e no início do processo social que resultaria na reabertura política, e de reorganização no espectro da esquerda que a obra de Antonio Gramsci consegue ganhar robustez na cultura política brasileira (BIANCHI, 2018). O boom dos estudos gramscianos no Brasil se inicia na metade da década de 1970, resultado da experiência política que as correntes que intervinham no país experienciaram com a estratégia dos pequenos focos guerrilheiros, em oposição as recentes e grandiosas manifestações da classe trabalhadora (SECCO, 2003). Isso impulsiona toda uma nova reedição dos *Cadernos*, agora sucesso editorial no país, com também a publicação dos textos inéditos, previstos no projeto que foram interrompidos. Chama a atenção o fato de a republicação ser ainda da temática, quando já havia sido publicada a edição crítica na Itália (COUTINHO, 2017).

É nesse momento que Gramsci ganha força e uso corrente, em especial nas correntes políticas que fundam o Partido dos Trabalhadores (ROIO, 2019). Esse processo, contudo, de recepção efetiva da obra do marxista sardo para se pensar a formação social brasileira, feita pelas organizações do PT, não é isento de controvérsias teóricas. Esse foi um dos debates levado a cabo por Edmundo Fernandes Dias.

4 LUTAS POPULARES, REDEMOCRATIZAÇÃO E *DEMOCRACIA OPERÁRIA*

4.1 A INSERÇÃO DE GRAMSCI NAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE ESQUERDA

O desmantelamento da ditadura brasileira foi fruto de uma combinação de fatores que culminou em um voluptuoso movimento de massas, que foi o efetivo propulsor da derrubada do regime. Segundo o historiador Lincoln Secco (2011) as primeiras manifestações teriam sido causadas pela “manipulação dos índices inflacionários pelo governo, à época pelo então ministro Delfim Netto”, que haviam sido divulgados com a metade da proporção real. A partir da publicização dessas manipulações, feitas pela *Folha de São Paulo*, em 1977, se iniciam uma série de manifestações e greves de trabalhadores por todo Brasil, com ênfase nas cidades do ABC paulista, principal polo industrial e coração do capitalismo no país.

O ano de 1978 foi o início de um longo processo, que começou de forma retumbante. A paralização dos operários da Scania, por aumento salarial se alastraria por 150.000 metalúrgicos, e iria além, impulsionando greves de professores, trabalhadores da construção civil, médicos, entre outras categorias. Só nesse ano o agrupamento sindical que dirigia o movimento que Secco chama de *novo protesto sindical*, e que tinha a sua frente o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luiz Inácio “Lula” da Silva, organizou 328 greves. 75,9% das greves registradas nesse penúltimo ano da década de 1970 vieram do setor industrial (SECCO, 2011).

Esses protestos, por sua vez, não surgiram de forma repentina. Como mostra Mattos (1998) a organização do *novo sindicalismo* partilha de importantes conexões com as lutas anteriores ao golpe e com resistência do movimento sindical ao longo da ditadura. Porém o que viria a acontecer tomaria dimensões qualitativamente superiores que os movimentos predecessores tiveram, gerando toda uma cultura política decorrente dos processos subsequentes. As greves que eclodiram nesse período foram o começo do fim daquele regime justamente porque ao se levantarem contra o “arrocho, os grevistas questionavam simultaneamente a política salarial e a própria política econômica dos governos militares” (COELHO, 2005, p. 36)

Um questionamento dessa amplitude, vindo do centro da economia brasileira, rapidamente atraiu outros setores da sociedade. Além das greves de diferentes categorias já citadas, havia apoio ativo de segmentos sociais as mobilizações operárias. Ultrapassando os

piquetes nas portas de fábrica a mobilização operária montou uma “extensa rede comunitária dos bairros onde moravam os trabalhadores e suas famílias” se organizando através de “encontros [que] se davam em bares e as reuniões, proibidas pela polícia, acabavam na Igreja Católica” (SECCO, 2011, p. 40).

A consequência desse estopim de revoltas sindicais foi a que diferentes grupos chegaram à conclusão da necessidade de lutar pela construção de um partido que representasse os trabalhadores. Essa movimentação partiu fundamentalmente do grupo de sindicalistas que se organizava através de Lula, mas encontrou vários outros sujeitos em diferentes regiões do país:

A literatura é praticamente unânime em apontar os grupos que confluíram para a formação do PT: 32 militantes do chamado “novo sindicalismo”, principalmente os grupos denominados “autênticos” (dentre os quais os diretores do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, do qual fazia parte Lula) e algumas oposições sindicais; militantes de organizações clandestinas de esquerda que questionavam a política de aliança de classes dos partidos comunistas; militantes dos movimentos populares, muitos dos quais, sobretudo nos movimentos de bairro e rural, organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica; intelectuais de esquerda (organizados em grupos, como o *Autonomia* em São Paulo, ou não); parlamentares do MDB e depois do PMDB. (COELHO, 2005, p. 51)

O IX Congresso dos Metalúrgicos, ocorrido em Lins, no interior de São Paulo, em 1979, aprovou “a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 47). A construção do partido surgiu, portanto, da necessidade de formar um partido de trabalhadores, construído com base na alteridade de classe.

O discurso de Lula na primeira convenção nacional do partido recém-criado, em 1981, que foi obra coletiva, com esforço especial de Frei Betto e Francisco Welfort, sintetizava bem o que defendia o PT em seus primeiros anos: ser uma “expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”, na busca de “se organizar como força política autônoma” e construir um socialismo que seja “obra dos próprios trabalhadores” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 65-66).

Esse último elemento, seria fruto de uma crítica à política de cúpulas do PCB, mas que se desenvolvia para criticar a União Soviética. Secco (2011, p. 70) diz que, na década de 1980, “Lula era comparado com o líder oposicionista Lech Walesa” e os militantes do PT usavam, “indistintamente camisas e broches do sindicato polonês [Solidariedade] ao lado da estrela do partido”. Portanto o partido, já nos seus primeiros dias, buscava uma concepção de socialismo

alternativa, se apoiando na experiência polonesa de crítica ao regime soviético, na qual, já abordamos rapidamente acima.

Internamente o partido acobertava uma miríade de organizações que tinham diferentes opiniões políticas, oriundas de diferentes tradições. A corrente que coube a direção do partido apareceu a primeira vez, em 1983, como *Articulação do 113*, um agrupamento heterogêneo que confluía em posições políticas similares ao longo dos movimentos ainda na década de 1970 (COELHO, 2005).

É o “governo civil e o crescimento da institucionalidade”, a partir da metade da década de 1980, que impulsiona a Articulação a “se valer de conceitos gramscianos, aparentemente mais apropriados para uma sociedade civil desenvolvida” (SECCO, 2002, p. 75). A Tese ao 3º Encontro Nacional do PT, em 1984, apresentava, segundo Eurelino Coelho (2005) uma crítica a concepção de que bastaria simplesmente a tomada do poder, dando ênfase a necessidade de construção de um poder alternativo e faz uma justa localização sobre o papel das instituições e a questão democrática, dizendo que “A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular”. Essas posições têm clara inspiração gramsciana, como veremos.

Outra corrente importante na construção do PT, inicia sua militância através do partido com concepções bastantes diversas da Articulação. O *Partido Revolucionário Comunista* – PRC foi formado, em 1980, por egressos de uma série de organizações, em especial do PC do B. Estão entre eles Chico Mendes, Ozéas Duarte, Tarso Genro e Adelmo Genro Filho e, a principal figura pública da organização, o então deputado federal, José Genuíno. A concepção de partido e o programa do PCR objetivava ser uma organização clandestina, claramente definida como marxista e leninista (definição que a Articulação evitava), organizando a “vanguarda da classe operária” (COELHO, 2005). A organização intervinha no partido dos trabalhadores de modo a construir uma estrutura legal partidária ampla que unificasse o bloco “operário e popular”.

Na interessante tese de doutorado de Eurelino Coelho (2005, p. 119), ele demonstra, ao analisar o um documento preparatório ao 1º Encontro Nacional do PT, que os *revolucionários comunistas* buscavam uma radicalização do movimento, diferenciando o “oposicionismo burguês e o oposicionismo popular”, buscando intervir politicamente através da campanha para eleições diretas, para que os trabalhadores “avancem no sentido de eleger a si mesmas para modificar o país”, sendo esse “um acúmulo importante de forças”. A partir de 1985, com a derrota do movimento por diretas, a eleição indireta do “oposicionismo burguês” de Tancredo Neves, faz com que o PRC tenha que mudar sua orientação, não só pelo relativo refluxo nas

lutas, como também pela necessidade de equacionar a política com as mudanças no regime, que o “revestia de uma certa legitimidade” ainda que fosse, em boa parte, o “prolongamento” da ditadura. É então que surge Gramsci como teórico da *guerra de posição*.

Podemos ver, então, que é a partir do desmantelamento da ditadura militar brasileira, e dos novos desafios políticos que o processo de abertura democrática iniciou, que Gramsci surge como um intérprete teórico válido para a compreensão da formação social brasileira no interior das organizações políticas de esquerda. Citamos apenas dois exemplos, de importantes organizações da época, que, ao ler e usar Gramsci, justificam uma virada política nos anos subsequentes.

Porém, a disseminação teórica de Gramsci precede em alguns poucos anos a sua inserção qualitativa nas organizações de esquerda. Como vimos, ainda mesmo antes do golpe de 1964 já havia iniciativas teóricas e publicações do marxista sardo, no Brasil, que não tiveram, por diferentes motivos, projeção política e editorial. Esses teóricos, engajados na utilização da teoria gramsciana para compreensão da sociedade brasileira tiveram uma importante intervenção a partir da segunda metade da década de 1970. Entre 1975 e 1980, foram produzidas 24 obras sobre Gramsci no Brasil, contra apenas três no período anterior (COUTINHO, 1990).

Carlos Nelson Coutinho é o principal intelectual a divulgar Gramsci nesse período. Nesse momento, sua abordagem difere da de décadas anteriores, trazendo para o centro da problemática a questão da política. É a partir daí que conceitos como *Estado Ampliado*, *Filosofia da Práxis*, *Revolução Passiva*, entre outros, vão ser mobilizados para uma interpretação das particularidades do desenvolvimento histórico brasileiro, no campo da teoria, porém, diretamente ligado ao campo da política, formulando estratégias para a intervenção da luta no presente.

Coutinho publica, em 1979, o notório ensaio *Democracia como Valor Universal*. Ele era fruto de uma disputa política no interior do PCB, na qual o grupo inspirado por Gramsci, organizado por Carlos Nelson, viria a ser derrotado. Mas esse documento seria um divisor de águas no marxismo brasileiro e influenciaria profundamente o movimento nas próximas décadas. Marcelo Braz cita 14 artigos, capítulos de livros e pequenas obras que, apenas entre 1979 e 1980 discutiam diretamente o debate aberto por Coutinho. São trabalhos de nomes relevantes do marxismo da época, como Adelmo Genro Filho, José Paulo Netto, João Quantim de Moraes, entre outros. Se destacam um bom número de elaborações que eram críticas a concepção apresentada pelo marxista baiano (BRAZ, 2012).

As elaborações de Coutinho advêm das discussões teóricas da corrente eurocomunista, com quem teve contato no exílio, tanto na França, quanto na Itália (PRUDENCIO, 2017). O

traço distintivo de sua abordagem, que carregaria por toda a sua elaboração ao longo dos anos seria a articulação entre socialismo e democracia. No texto de 1979, Coutinho defende que a democracia (e portando a luta pela reabertura democrática) não poderia ser encarada pelos revolucionários como uma luta parcial ou tática, mas como valor universal, que não pode ser entendida de forma separada ao socialismo. Sua caracterização caminhava no sentido da definição do Brasil, aos fins da ditadura como uma sociedade de tipo *ocidental*, visto o desenvolvimento de sua sociedade civil, o que caminharia para uma prevalência da estratégia da *guerra de posições* em nosso país (COUTINHO, 1984).

Em seu ensaio de 1981, também inovador em nossas terras, ele busca mais uma vez transpor os conceitos gramscianos a realidade brasileira. Coutinho evidencia o caráter conservador que a modernização historicamente ocorreu no Brasil, um traço de que imperou no país a lógica da *Revolução passiva*, “pelo alto”, que garantiu a estabilidade das classes proprietárias, subordinando a sociedade civil, “o conjunto dos aparelhos ‘privados’ através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela *hegemonia* e pela *direção político-moral*” em relação a sociedade política detentora do controle do Estado ainda restrito. Essa forma caracterizaria o país como uma sociedade *oriental* (COUTINHO, 1989). Segundo ele, a partir do fim da ditadura do Estado Novo é que são abertas possibilidades de desenvolvimento da sociedade civil, com a legalização do PCB, o surgimento de outros partidos e o fortalecimento dos sindicatos, processo esse que é embargado pelo golpe de 1964.

A partir da crise do “milagre econômico”, tornada evidente em 1974, essa tentativa de legitimação entrou progressivamente em colapso, como demonstram as derrotas sofridas pela ditadura nas eleições parlamentares de 1974, 1978 e 1982. Ela perdeu rapidamente as bases de consenso não somente entre as camadas médias, mas inclusive entre alguns segmentos da burguesia monopolista que a haviam anteriormente apoiado com decisão. No contexto dessa profunda crise de legitimação, os aparelhos da sociedade civil puderam de novo voltar a luz, hegemônicos agora por um amplo arco de forças antiditatoriais, que ia da esquerda socialista aos conservadores “esclarecidos” (COUTINHO, 1989, p. 134).

Portanto, é o processo aberto nessa década que “Pelos vias transversas da revolução passiva, o Brasil tornou-se uma sociedade ‘ocidental’, madura para transformações substanciais”, segundo Coutinho. A estratégia da esquerda deveria - e efetivamente, em sua maioria, viria a ser - a guerra de posições, a luta por se tornar hegemônico antes de conquistar o Estado. É desse raciocínio que advém as críticas de vários grupos do Partido dos Trabalhadores sobre a possibilidade de se tomar o poder sendo minoritário na sociedade, portanto não hegemônico. Dessa forma, e elaboração de Coutinho abria um debate no marxismo brasileiro e trazia Gramsci para o centro dele. Sua obra, no entanto, não é livre de contradições.

Boa parte do esforço teórico de Edmundo Fernandes Dias é um debate com as ideias expostas acima que se tornaram correntes na esquerda brasileira nos anos 1980 e que foram radicalizadas em 1990. Abordaremos isso com mais calma a seguir, porém, em síntese a elaboração de que a “dinâmica de ocidentalização é o fenômeno potencialmente universal” (COUTINHO, 1989, p. 130) teria levado Coutinho, entre outros, a uma reedição do debate evolucionista, vendo no Brasil uma ocidentalização livre de *orientalidades*, e a uma concepção de sociedade civil livre de contradições classistas, apartada do Estado e sem ser considerada instrumento sob hegemonia de determinada classe. Florestan Fernandes, em uma ironia, fez uma feliz análise sobre a sociedade brasileira da época como uma “sociedade civil não civilizada” (SECCO, 2011).

4.2 A QUESTÃO DEMOCRÁTICA E A *DEMOCRACIA OPERÁRIA*

Como vimos, a introdução de Gramsci nas formulações das correntes políticas e dos intelectuais ligados a classe trabalhadora surge na tentativa de elaborar um programa para a superação da ditadura militar. Estava no centro do debate a chamada *questão democrática*. Na medida em que o movimento dos trabalhadores representava uma potência em ascensão e influenciava diretamente os rumos da luta política pelo fim daquele regime, abria-se a questão sobre qual democracia os trabalhadores deveriam lutar. O PT engajou em seus primeiros dias a participação popular em diferentes formas, luta sindical, institucional e participação comunitária. Mas os rumos estratégicos sempre foram vagos. Qual deveria ser a correlação entre esses diferentes instrumentos? É nesse contexto que Edmundo Fernandes Dias tece sua primeira crítica ao modo como Antonio Gramsci vinha sendo apropriado.

Para Edmundo Fernandes, a luta pela derrubada da ditadura, da qual os trabalhadores se engajavam, não deveria visar apenas a “liberdade formal no exercício da cidadania”, mas sim se colocar a “questão da obtenção da hegemonia como condição de realização de uma nova cidadania” (DIAS, 1987, p. 16).

A discussão remete, em primeira instância, na abordagem do autor, aos Conselhos Populares. Dentro do PT houve diferentes concepções sobre como o partido deveria impulsionar esses instrumentos. Perseu Abramo, defendia, em 1982, que os conselhos deveriam não ser só instrumentos para organização de reivindicações particulares e fiscalização dos representantes políticos, como eles próprios serem um instrumento executivo da vontade organizada popular, controlando a execução de políticas públicas. Celso Daniel, em 1988, defendia que os conselhos não deveriam ter poder executivo e nem serem alicerce da construção

de determinada classe social. Já Paul Singer, dez anos depois da elaboração de Abramo, defende que esses sejam espaços de “negociação de interesses contrapostos” (SECCO, 2011, p. 92).

Essa breve síntese, sob o tema dos conselhos, resume toda um processo alteração de concepções, no transcurso de uma década. Ainda que a proposta de Abramo não verse sobre a necessidade de uma ruptura revolucionária para a sua implementação, ela aparece como uma orientação que instiga a construção de instrumentos de poder paralelos, na medida em que a classe toma consciência da sua centralidade. Já a concepção de Daniel e Singer, em uma proposta muito próxima da teoria da democracia como procedimento – exclusiva forma, sem conteúdo social - presente em Norberto Bobbio (COELHO, 2005). Aqui, a conclusão fundamental é a do abandono do conceito de ditadura do proletariado.

Imerso nesse contexto, Dias publica sua tese de doutorado, *Democracia Operária*, em 1984. Seu trabalho foi a primeira publicação a estudar detidamente a elaboração de Gramsci no período de 1919-1920, quando houve levantes operários na Itália, com ênfase na cidade operária de Turim. Dias aponta que é necessário, ao trabalhar com Gramsci, fazer uma profunda historicização de seus conceitos, para não incorrer em uma leitura e um uso instrumental de sua obra (DIAS, 1987), o que parece ser não só um importante alerta metodológico, como também uma polêmica indireta com Carlos Nelson Coutinho. Portanto ainda que o ponto de partida, e o objetivo final sejam a realidade brasileira e os dilemas das classes subalternas naqueles anos, as conclusões do trabalho deveriam ser analisadas com sobriedade e, sobretudo, com uma profunda apreensão da realidade na qual o jovem sardo estava inserido.

Partindo de uma caracterização das correntes políticas mais influentes na Itália na virada do século XIX para o século XX, Dias destaca o Partido Socialista como fortemente influenciado pelo positivismo e do economicismo e com pouca influência real nas massas operárias. A decorrência desse processo, é que o partido, ao não conseguir estruturar concepções próprias e independentes, sofria um processo de *transformismo*, era cooptado política e ideologicamente para ser o sustentáculo do governo de Giovanni Giolitti, representante do bloco industrial do norte italiano (DIAS, 1987).

Fernandes Dias parte dessa constatação para analisar a elaboração do conceito de hegemonia presente já no Gramsci dos conselhos. Para Gramsci

A ordem presente se apresenta como algo harmonicamente coordenado, estavelmente coordenado; e a multidão dos cidadãos hesita e se atemoriza na incerteza do que uma mudança radical pode trazer. [...] Forma-se na fantasia a imagem de algo violentamente dilacerado; não se vê a possibilidade de uma nova ordem, melhor organizada do que a velha, mais vital do que a velha, porque ao dualismo se contrapõe a unidade, a imobilidade estática da inércia à a dinâmica da vida movendo-se por si mesma. Vê-se apenas a laceração violenta, e o ânimo temeroso detêm-se no medo de

perder tudo, de ter diante de si o caos, a desordem inelutável (apud DIAS, 1987, p. 78).

Portanto, a construção da hegemonia burguesa organiza racionalmente uma “penetração cultural”, de forma que sua dominação forme na massa das classes dominadas a conclusão de que não é possível ordem social diferente daquela, senão uma ordem desastrosa, quase apocalíptica. Produz-se assim um *conformismo*.

Esse processo se daria não só por um temor a uma ruptura daquela ordem, mas também por uma construção positiva do Estado capitalista como democrático e representativo. Dessa forma a hegemonia burguesa produz uma “aparência necessária” de que a política se dá entre “indivíduos”, despidos de “determinações estruturais”, “tanto o capitalista quanto os operários são reduzidos à cidadania”. Fernandes Dias escreve: “A cidadania burguesa supõe o apagamento das diferenças classistas por isso fala no homem genérico e a partir daí pode colocar a questão da democracia genérica”. Dessa forma, na política todos caminhariam, sob diferentes concepções para uma unidade maior representada na pátria e no bem nacional. Essa operação, que isola da política os debates classistas é o que a torna o terreno do colaboracionismo. (DIAS, 1987, p. 101).

Gramsci busca, portanto, elaborar uma concepção estratégica, de forma a romper o conformismo das classes subalternas. A classe operária deveria buscar “distinguir-se” enquanto classe, “libertar-se da dominação burguesa e construir assim a sua ordem”. Seria necessária uma aliança operário-camponesa entre os trabalhadores industriais do Norte e os camponeses do Sul (DIAS, 1987).

A forma política através da qual seria possível romper o conformismo e edificar a hegemonia operária seria através das comissões de fábricas, estruturas ligadas a produção que, criadas na guerra para engajar os operários na produção, se tornaram um local de organização política operária – e não apenas econômica, como eram os sindicatos - em diferentes dimensões. Gramsci vê nesse instrumento a potencialidade de desfazer o véu da cidadania burguesa, no *locus* onde “todo homem é historicamente determinado: capitalista, operário etc” e, não podendo haver dois poderes simultaneamente existindo, a questão da hegemonia estava posta mais claramente. Era também o momento para que o PSI abandonasse sua “exterioridade em relação à classe e passe a viver o cotidiano dela”, construindo sua hegemonia democraticamente no interior dos conselhos (DIAS, 1987, p. 21).

Parte considerável dessas elaborações Antonio Gramsci extrai de um minucioso acompanhamento dos desdobramentos do processo revolucionário russo, que trouxeram a possibilidade concreta da democracia operária. Para ele os bolcheviques conseguiram realizar

uma “vontade social, a do proletariado”, e através disso deram “forma estatal às experiências históricas e sociais do povo russo”. Os soviets seriam, dessa forma o instrumento sob o qual a ditadura do proletariado “sintetiza a forma de vida econômica proletária na fábrica” ao mesmo tempo que realiza um governo com “consentimento ativo dos governados”, quebrando assim o conformismo das classes subalternas (DIAS, 1987, p. 14).

O balanço positivo da Revolução Russa significaria para Gramsci a negação definitiva das ideias positivistas e a afirmação da organização ativa do proletariado e da necessidade da revolução como ato que “cria uma nova sociedade, liquida a figura do indivíduo-cidadão e, acima de tudo, transforma a ideia de Estado. Este não é mais uma entidade à parte e contra a sociedade” (DIAS, 1987, p. 17).

A Primeira Guerra Mundial é o que possibilita, contraditoriamente, a expansão da burguesia italiana, ao passo que, ao delegar a tarefa de desenvolver a indústria ao Estado, “acabou demonstrando na realidade efetiva a desnecessidade do capitalista”. Ela decompõe as relações de vida que havia no período anterior, de forma que não é mais possível conter a crise, ao mesmo tempo em que também colocou “lado a lado na trincheira, operários e camponeses”, criando vínculos de solidariedade mais amplos. Numa conjuntura em que “o presente não é mais capaz garantir sua continuidade, o temor do futuro vai desaparecendo” (DIAS, 1987, p. 38), rompe-se o conformismo das massas e essas passam a ação.

O fato de o campo de batalha desse embate ser Turim é sintomático. Ela era “uma cidade proletária por excelência”, segundo Dias, profundamente polarizada entre conservadores e socialistas, com pouco espaço para a Democracia Cristã. Gramsci faz uma interessante colocação sobre a cidade ser, ao mesmo tempo, “organismo industrial e de vida civil” que Dias desenvolve concluindo que ela, ao ser “aparelho de produção material e, ao mesmo tempo, de produção simbólica nos permite pensar uma vez mais a unidade indissolúvel da economia e da política”. Portanto, para Gramsci, na leitura de Dias, “se Turim era o *locus* da dominação burguesa, poderá ser também, pela eliminação do capitalista, o instrumento da potência econômica comunista e da ditadura proletária” (DIAS, 1987, p. 26).

É a partir da caracterização de que havia uma crise social profunda, com uma possibilidade real de insurgência do movimento de massas, e com um processo de cooptação cada vez mais abrangente dentro do PSI, que Gramsci abre uma luta política em defesa dos conselhos e em busca da hegemonia operária. Para ele, o partido não pode entender a revolução socialista como um “desenlace fatal da história” (apud DIAS, 1987), tal qual pensavam alguns socialistas influenciados pelo positivismo. A construção do socialismo seria obra de construção ativa dos trabalhadores na medida em que conseguissem, através do partido como organizador

endógeno – portanto organizado desde a classe, e não apartado dela -, construir sua autonomia em relação as demais classes (DIAS, 1987).

As Comissões Internas surgem, na elaboração gramsciana, como órgão realizador de uma duplicidade de poder na fábrica, que radicalizado poderia levar a realização da ditadura do proletariado. Elas “limitam o poder do capitalista na fábrica e desenvolvem funções de arbitragem e disciplina”, e ao se desenvolverem, deveriam assumir funções de “direção e de administração”, ser órgão deliberativo e executivo a um só tempo (DIAS, 1987). Elas, diferentemente dos sindicatos, representam todos os trabalhadores, organizados ou não e deveriam instigar “um vasto núcleo de instituições”, comitês de bairro que coordenariam as intervenções da classe aliada dos operários, o campesinato. Para Gramsci, o central era que as comissões operárias deveriam não só lutar para derrubar o Estado, mas fundamentalmente para construir “uma nova máquina”, educar os operários, organizar a cultura e, finalmente “fazer para si uma concepção de mundo”, edificando uma nova civilização, um novo Estado (apud DIAS, 1987). Esse desenvolvimento passa pela compreensão dos trabalhadores não mais como assalariados, mas como produtores:

O operário pode conceber a si mesmo como produtor, apenas se se concebe como parte indissociável de todo o sistema de trabalho, que se sintetiza no objeto fabricado; apenas se ele vive a unidade do processo industrial que pede a colaboração do trabalhador manual, do qualificado, do empregado da administração, do engenheiro, do diretor técnico. O operário pode conceber a si mesmo como produtor se, depois de ter se inserido psicologicamente no processo produtivo particular de uma fábrica, p. ex. Turim, de uma fábrica automobilística, e depois de se ter pensado como um momento necessário e insuprimível da atividade de um complexo social que produz o automóvel, supera essa fase e vê toda a atividade turinesa da indústria produtora de automóveis. Concebe então Turim como uma unidade de produção que é caracterizada pelo automóvel, e concebe uma grande parte da atividade geral do trabalho turines como existindo e se desenvolvendo apenas porque existe e se desenvolve a indústria do automóvel. Concebe então os trabalhadores destas múltiplas atividades gerais também como produtores da indústria do automóvel, porque criaturas das condições necessárias e suficientes para a existência desta indústria. O operário, movendo-se a partir desta célula, a fábrica, vista como unidade, como ato criador de um determinado produto, eleva-se à compreensão de unidades sempre mais vastas, até a nação, que é no seu conjunto um gigantesco aparelho de produção (...). Agora o operário é produtor porque adquiriu consciência de sua função no processo produtivo, em todos os seus graus, da fábrica à nação, ao mundo; agora ele percebe a classe e torna-se comunista, porque a propriedade privada não é função da produtividade, e torna-se revolucionário porque concebe o capitalista, proprietário privado, como um ponto morto, como um obstáculo, que ele precisa eliminar. Agora ele concebe o “Estado”, concebe uma organização complexa da sociedade, uma forma concreta da sociedade, que reflete a vida da fábrica, com todas as relações e as funções, novas e superiores exigidas pela sua imensa grandeza e que representa o complexo, harmonizado e hierarquizado, das condições para que a sua indústria, a sua fábrica a sua personalidade de produtor viva e se desenvolva (GRAMSCI apud DIAS, 1987, p. 67)

Portanto, a concepção da necessidade de romper a visão de que os trabalhadores, ao serem caracterizados como assalariados são descolados da centralidade da estrutura social capitalista é fundamental para desfazer a legitimação do regime social e forjar autoconsciência de classe.

Quando eclode a mobilização operária em Turim, nem a burguesia, nem o PSI acreditavam que ela pudesse ganhar dimensão relevante. A luta era fundamentalmente política, e não apenas econômica. Era uma luta contra a burguesia que queria reduzir o poder político dos conselhos a nulidade. A greve geral de abril de 1920, é o começo da radicalização da luta, que levaria a ocupação das fábricas em setembro. Giolitti aposta na não repressão em um primeiro momento, visando que o movimento dos comunistas, ao fracassar em gerir a produção represente o fracasso da experiência prática do comunismo. Um plebiscito mobilizado pelo PSI e a CGT – principal central sindical italiana – convoca o fim das ocupações. A contrarrevolução violenta viria pouco tempo depois com o ascenso fascista, assassinando militantes e queimando sedes de jornais socialistas (DIAS, 1987).

Gramsci faz um duro balanço do papel que cumpriu o Partido Socialista, na qual o próprio fazia parte, na ocasião das ocupações de fábrica. A postura dos socialistas o levaria a uma taxativa caracterização de que o partido era hegemonizado por correntes impregnadas pelo oportunismo parlamentar e pelo reformismo (DIAS, 1987). Pouco depois, em janeiro de 1921, uma ala bastante minoritária do PSI, dirigida por Amadeo Bordiga, na qual Gramsci fazia parte, rompe com o partido e funda o PCd'I (DEL ROIO, 2019).

As conclusões do estudo de Edmundo Fernandes ao apreender a dinâmica política enfrentada pelo jovem Gramsci vão acompanhá-lo por boa parte de sua produção teórica. O traço fundamental desse estudo é a concepção que Dias sustenta, a partir de Gramsci, que a hegemonia da classe operária só é possível na medida em que a classe consiga se diferenciar das demais e concretizar um projeto próprio, produtor de uma nova racionalidade.

Ainda que não categorizasse o movimento vivido no Brasil como uma situação revolucionária, nos parece nítido que Dias opera em uma tentativa de delimitar o caráter classista da questão democrática. Seria necessário, para os trabalhadores não serem força subordinada ao oposicionismo burguês uma clara delimitação entre a democracia formal do Estado burguês e uma *democracia operária* fruto do consenso ativo das classes subalternas em mobilização.⁵

⁵ Nos parece que nesse debate Dias não se endereça diretamente contra os escritos de Coutinho, que afirmava na época a necessidade da construção de “mecanismos de representação direta das massas populares” (1984) e a

5 O OUTRO GRAMSCI E A CRISE DO MARXISMO

Na contramão do ascenso das lutas populares no Brasil pela derrubada da ditadura, a década de 1980 marcou uma retomada das classes dominantes à ofensiva no mundo. O processo que chegaria no Brasil apenas alguns anos mais tarde seria um rearranjo global na ordem mundial. Ele parte das primeiras experiências neoliberais, da crise dos Estados Operários no Leste Europeu e da disseminação de ideologias pós-modernas e antimarxistas e termina por remodelar uma série de concepções e culturas políticas da esquerda em nosso país. No próximo capítulo discutiremos a teoria de Edmundo Fernandes Dias sobre esse processo de reorganização do capital, assim chamado reestruturação produtiva. Nos deteremos agora nos aspectos políticos desse fenômeno.

A crise do paradigma de revolução soviético e o retrocesso nas organizações de esquerda são fenômenos de um mesmo processo de avanço do imperialismo a nível mundial, porém, tem também suas próprias dimensões. O processo corrente de crítica dos partidos comunistas alinhados ao eurocomunismo – notoriamente o PCF e o PCI – já encaminhavam um afastamento importante do bloco soviético. Nesse movimento, parte de suas fileiras viriam a se aproximar de muitas teorias que rompiam com o marxismo. A concepção de democracia pluralista, nos marcos de um estado burguês significava não uma crítica aos regimes de partido único, mas fundamentalmente uma absolutização da ordem, como veremos. Essas concepções não eram influenciadas só pelo filósofo italiano Norberto Bobbio, como também pela teoria habermasiana da ação comunicativa, entre outros teóricos e viria a assumir outros contornos depois da Queda do Muro de Berlim e do fim dos Estados Operários soviéticos (COELHO, 2005).

É na esteira dessa crise que surge, por exemplo, a busca por um “novo verdadeiro socialismo” dos pós-marxistas Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que, ao eliminar da análise o conceito de classe – sob a premissa de assim criticar o reducionismo economicista presente em Marx -, reduzia o socialismo a valores estritamente éticos (WOOD apud COELHO, 2005). Os mais extremos seriam aqueles que – em muitos casos ex-intelectuais marxistas - negavam a história como espaço de apreensão das determinações históricas, privilegiando uma visão da

necessidade da construção de uma “democracia de massas” calcada o “socialismo *democrático*” (1989), ainda que esteja em diálogo com ele. Mais tarde Coutinho escreveria que, em seu artigo *Democracia como Valor Universal*, seu intuito era o de salientar que “sem democracia não existe socialismo” e não que a esquerda deveria preterir o primeiro elemento em detrimento do segundo, ou que “identificasse democracia com liberalismo”, tal qual operou parte da esquerda nas últimas duas décadas do século XX (2000).

história como local do imponderável. A abolição da do proletariado como sujeito social da superação do capitalismo era o resultado da apreensão da política como ética, que a levava para a esfera da opinião, esvaziando seu potencial crítico:

Uma vez abandonado o critério de classe como balizador da ação política, não há mais qualquer sujeito político cuja condição de classe represente algum tipo de prioridade, e a política de esquerda deveria ser pautada, então, pela resolução democrática dos conflitos, incluindo aí o abandono da perspectiva de eliminação do adversário. (COELHO, 2005, p. 359)

Essas ideias seriam o resultado das derrotas políticas recentes dos trabalhadores, no terreno da luta de classes. O refluxo dos processos após 1968 e a crise do bloco soviético descreditaram toda uma gama de intelectuais do potencial revolucionário do movimento dos trabalhadores de forjar uma nova sociedade (WOOD apud COELHO, 2005). Deu-se um processo de transformismo que cooptou esses intelectuais, que por sua vez produziram uma teoria para normatizar a ordem vigente. Essas ideologias influenciaram parte da esquerda brasileira, em tempos e abordagens diferentes.

5.1 A CRISE DO MARXISMO E OS IMPACTOS PROGRAMÁTICOS NA ESQUERDA BRASILEIRA

A crise entre as correntes petistas adquire uma dimensão mais agravada a partir do 5º Encontro Nacional, em 1987. A reconfiguração do direito de tendências e o delineamento do programa *democrático e popular* teriam desagradado as correntes vinculadas à esquerda petista. O ponto nodal era um momento da resolução política – tomado da tese-guia, escrita pela Articulação – que defendia que a burguesia era a principal inimiga dos trabalhadores, porém defende aproveitar “as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia” e aproximar setores da pequena burguesia rural e urbana (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 314).

Contudo, nos parece um exagero atribuir a pecha de revisionista à Articulação pelas suas elaborações nesse momento. No debate preparatório para o encontro, José Dirceu - principal líder da corrente - defende claramente um projeto de construção de uma hegemonia da classe trabalhadora, sem alianças com a burguesia. Para ele, um governo democrático e popular no Brasil, entraria em choque com o capitalismo e a dominação burguesa”, e dirigiria outros setores e classes sociais sob hegemonia dos trabalhadores, com “uma alternativa concreta de poder ou de governo que contempla seus interesses, mesmo que parcial e temporariamente”.

Essa condição, de realização e avanço qualitativo da democracia popular só seria possível através de uma ruptura revolucionária e com a adoção de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia” (DIRCEU, 1987).

Até 1989, nos parece ser difícil de afirmar categoricamente uma mudança dessa posição apresentada por Dirceu das orientações gerais do PT, dirigido pela Articulação. As “Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo”, no debate a candidatura de Lula, caracterizavam corretamente a impossibilidade da tomada do poder em curto período, porém criticavam aqueles que defendem o “rebaixamento político” ou a pretensão de “reformular o capitalismo ou de administrá-lo”, afirmando a impossibilidade de um “capitalismo popular” no país e defendendo que “o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 400).

A necessidade de responder a possibilidade de um rebaixamento político vinha das próprias correntes do partido. O PRC passa, em poucos anos de uma organização puramente referenciada no marxismo-leninismo a uma organização que defende o pluralismo de ideias e não se define publicamente enquanto marxista. Em vários momentos fala-se abertamente em se afastar de Lenin e se aproximar de Gramsci visando “responder ao crescente mal-estar que experimentavam com as formulações programáticas”, em que os próprios dirigentes do agrupamento classificavam como “crise do marxismo” (COELHO, 2005). Portanto, ao afastar o segundo do primeiro, buscava-se conter, no discurso e na prática, o potencial revolucionário de seus escritos. Era um movimento que se justificava não pela apreensão das ideias dos dois teóricos, mas pelo projeto político novo, que necessitava um afastamento do legado deixado pela Revolução Russa.

O documento enviado ao Encontro Nacional de 1987 apresentava que o caminho específico da transformação socialista nos países de capitalismo monopolista “ainda está por ser estabelecido” e que a luta pelo socialismo em nosso país “demandaria todo um processo de acúmulo de forças, ao nível político, ideológico, organizativo, visando enfraquecer a hegemonia burguesa” (COELHO, 2005, p. 148). Essas afirmações começam um processo de ruptura com as antigas elaborações da organização, na medida em que antes os *revolucionários comunistas* eram taxativos em afirmar a ruptura revolucionária violenta em direção ao socialismo no Brasil e negar as táticas de acúmulo de forças e a prevalência da guerra de posição frente a guerra de movimento como posições reformistas. Essas mudanças se justificam por um balanço de que o marxismo, ainda que mantivesse seu potencial crítico, via-se “diante de descompassos, lacunas e desafios” (COELHO, 2005).

O flanco argumentativo, no qual os próprios intelectuais do PCR teriam se enfiado, segundo Coelho (2005), é que, para eles, o socialismo era uma “necessidade subjetiva” dos socialistas e não produto objetivo da luta de classes. Portanto, o socialismo não teria necessariamente um caráter classista. Essa seria a pedra de toque da organização, se caminhará se afastando cada vez mais do marxismo.

Aldo Fornazieri, importante dirigente do agrupamento, antecipa algumas tendências ainda em 1988. Para ele a concepção de hegemonia deveria superar a “noção instrumental de ‘acúmulo de forças’ e da noção de dirigismo partidário”, sendo a função da hegemonia partidária a promoção de “um conjunto de procedimentos orientados para a construção de um consentimento” (FORNAZIERI apud COELHO, 2003, p. 6). O partido, na elaboração de Fornazieri, não deveria ser um organizador de determinada classe, mas sim um promotor de consensos entre elas. Por fim uma comissão do Comitê Central do PRC, instaurada para propor uma reorientação programática partidária, visto a crise, afirmava o comunismo “como um valor ético que consubstancia a realização plena da humanidade” (COELHO, 2005, p. 271).

O ano de 1989 é emblemático. É o ano em que há o maior ascenso grevista no país. A derrota eleitoral e a ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência da república provocam uma marcante alteração nas orientações de projeto do Partido dos Trabalhadores. Soma-se a isso a Queda do Muro de Berlim que intensificou a ruptura com o marxismo de correntes como o PRC (que estava em processo para se transformar em *Nova Esquerda*) e o PT Vivo, organização paulista ligada a Luiza Erundina, que reforçavam a separação de Lenin com Gramsci no movimento discursivo desse processo (SECCO, 2002). Os anos 1990 seriam de retrocesso nas lutas dos trabalhadores, ainda que o Partido dos Trabalhadores seguisse acumulando vitórias.

O Primeiro Congresso do PT, em 1991 seria mais uma vez palco que expressaria as mudanças que estavam ocorrendo em suas organizações. Enquanto a Articulação se mantinha resistente a abrir fogo contra o marxismo - compreendendo que a queda dos regimes do leste europeu, que acontecia no momento do congresso, afetava regressivamente todos aqueles que se vinculavam a tradição da Revolução de Outubro (COELHO, 2005) -, ela começava também uma virada estratégica, defendendo uma orientação política prioritariamente voltada para conquistar postos eleitorais, especialmente após a vitória de Luiza Erundina em São Paulo e Olívio Dutra em Porto Alegre (SECCO, 2002). Começam a ganhar força também, no interior da corrente, concepções que aproximam o socialismo a fundamentos éticos e da estratégia que o partido deveria assumir com absoluta prioridade a gestão de municípios e estados, com a perspectiva de eleger Lula presidente em 1994, com um programa desenvolvimentista, de

capitalismo organizado visando a “constituição de um amplo mercado de consumo de massas e medidas de radicalização da democracia” (COELHO, 2005, p. 234). Eram as elaborações de quadros como Aloísio Mercadante, Luiz Gushiken e Paul Singer

O destaque do Primeiro Congresso foi a tese *Um Projeto Para o Brasil* (PPB) que tinha a Nova Esquerda à frente, somado com os grupos Vertente Socialista, parte do PT Vivo e intelectuais não ligados a nenhuma corrente como Carlos Nelson Coutinho (SECCO, 2002). Pouco antes da realização do congresso José Genuíno, principal figura pública da Nova Esquerda – que logo mudaria de nome, mais uma vez, para Democracia Radical – deu uma entrevista de ampla difusão na Folha de São Paulo, na qual dizia não se considerar mais marxista (GENUÍNO, 1991)

O PPB defendia uma aliança “com todas as demais forças democráticas e transformadoras presentes na sociedade brasileira neste limiar de uma nova era da luta pelo socialismo”, sem explicitar concretamente quais seriam essas forças. Coelho (2005), argumenta que o critério parece ser, novamente, o da defesa abstrata da democracia, na medida em que a tese propunha a exclusão do PCdoB do arco de alianças pela defesa que João Amazonas - então secretário-geral do partido - teria feito a uma tentativa de golpe militar contra o governo de Gorbatchev. A tese ainda teceu elementos para uma nova concepção de partido, onde propunha um *partido de interlocução*, que não poderia se definir como representante dos “supostos interesses históricos de nenhuma classe social”, deveria apenas atuar como mediador de relações na esfera pública e que “A sociedade não precisa ser dominada por alguém ou ganha por uma determinada ideologia” (SECCO, 2002), abandonando completamente o conceito de hegemonia.

Contrária a essa tese, a Articulação, que propõe a resolução vencedora no congresso, defende o “equacionamento” da relação entre partido e sociedade.

É nesta medida que evitamos a falsa contraposição, proposta por alguns, entre ‘partido de interlocução’ e ‘partido dirigente’, que se estabelece quando reduzimos o partido a um mero apresentador de projetos a sociedade, pretendendo assim diluir seu caráter de classe e desqualificá-lo como instrumento decisivo pela disputa do poder (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 39).

Portanto, vemos que a corrente ainda tinha como projeto uma construção hegemônica, ainda que os sujeitos dessa construção e seu programa ficassem cada vez mais apartados daquela ideia de ruptura revolucionária. Ganhou força no congresso a compreensão de que a democracia não poderia ser entendida como burguesa, na medida em que era fruto das lutas

populares, e a crítica a qualquer tipo de ditadura – inclusive a do proletariado -, ambas as posições defendidas pela corrente majoritária (COELHO, 2002).

A alteração mais pronunciada no projeto político da Articulação se desenharia no percurso até 1994, com a derrota de Lula para Fernando Henrique Cardoso. A corrente faz um seminário no mesmo ano para debater o futuro do PT. Ali, o reordenamento político caminharia para a prevalência da estratégia de “administrar o caos capitalista”, na qual um documento interno já colocava a necessidade um ano antes. A defesa de um “projeto nacional de desenvolvimento”, que vise promover um expressivo “mercado de consumidores” e a disseminação dos “princípios e valores” do socialismo seriam o programa político para viabilizar sucessos eleitorais e conquistar a presidência da República (COELHO, 2005).

Cabe, por fim, localizar que, apesar dos caminhos da Democracia Radical e da Articulação se encontraram em uma nova maioria na direção do partido a partir de 1990, os processos de alteração em seus projetos políticos possuíam sensíveis diferenças. Coelho (2005, p. 376) aponta que, diferentemente da DR, que não se postava como organizadora de nenhuma classe, a Articulação segue defendendo o “protagonismo político e histórico da classe trabalhadora”, porém, ao se afastar do conceito de luta de classes “a classe trabalhadora é tomada como apenas um agrupamento social como outro qualquer, que pode e deve construir e ocupar democraticamente seu espaço na esfera pública”.

Podemos identificar que a partir da segunda metade da década de 1980 as organizações de esquerda aqui estudadas operaram uma mudança ampla nas suas concepções e modos de interagir com a política, o que Marcelo Ridenti (2014) chamou de “esvaziamento das utopias revolucionárias” que eram sobretudo resultado de um processo mais amplo, de reconfiguração em toda sociedade, que foi assim representado internamente, nessas tendências petistas de grande importância no partido. Vimos que nesse processo há dois movimentos – que são, em última instância, expressão do mesmo movimento - de *leituras* e *usos* de Gramsci (DIAS, 1996). Um primeiro visava utilizar seus conceitos de forma diversa, afastá-lo das determinações classistas e defender uma concepção de hegemonia como capacidade de obter maioria abstratamente; outro operava buscando desvincular as elaborações gramscianas das problemáticas dos teóricos do marxismo, em especial dos revolucionários russos, buscando se desvencilhar dos processos que levaram à bancarrota dos Estados Operários no leste europeu.

Nem toda a esquerda seguiu esse percurso. A movimentação dessas organizações inclusive gerou rachas internos, como é o caso do grupo que se tornou a *Articulação de Esquerda* (SECCO, 2011). A *Convergência Socialista* – que romperia com o partido em 1992 -, *O Trabalho*, e a *Força Socialista* são alguns exemplos também de organizações que, naquele

momento, chegaram a conclusões diferentes do que o campo que se constituiria majoritário do PT a partir dos próximos congressos. Porém, não seria correto afirmar que o processo de alteração programática das correntes se deveu a uma simples “escolha racional”. Havia uma forte pressão, fruto do retrocesso da luta de massas, que condicionava a tomada daquelas posições. Cabe apenas destacar que havia alternativas, mas que elas não ganharam densidade e não conquistaram amplos setores.

A expressão teórica dessa contra tendência se dava de diferentes formas. A revista Teoria e Debate era o principal veículo da esquerda partidária (SECCO). Nos anos 1990, alguns estudos foram produzidos nesse sentido. Emir Sader publicou *Gramsci: Poder, política e partido* (2012) defendendo uma apropriação de Gramsci bastante diferente do que erra corrente no PT. Da mesma forma Edmundo Fernandes Dias organizou um livro defendendo um *Outro Gramsci* (1996). Encontramos nesses escritos o melhor acabamento da concepção de hegemonia do militante e professor da UNICAMP.

5.2 O OUTRO GRAMSCI E A HEGEMONIA COMO CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE

O *Outro Gramsci*, organizado por Edmundo Fernandes foi uma conjunção de artigos publicada em 1996, que tinha em comum uma abordagem crítica ao modo como Gramsci estava sendo apropriado. Assinavam textos: Osvaldo Coggiola, professor do departamento de história da USP; Roberto Massari, membro do Partido da Refundação Comunista da Itália; dois jovens pós-graduandos que depois se tornariam professores da USP, Lincoln Secco e Ruy Braga; além de três artigos de Dias. Os artigos *Sobre as leituras dos textos gramscianos: usos e abusos* e *Gramsci no Brasil: o rabo do diabo* já foram utilizados nesse trabalho para analisar a chegada do marxista da Sardenha em terras brasileiras. Nosso objetivo nesse momento é analisar o extenso artigo *Hegemonia: racionalidade que se faz história*. Nos parece que ele condensa elementos de conclusões retiradas dos estudos pré-carcerários, anteriormente analisados, e aprofunda-os com outros escritos, à luz mais presente da polêmica sobre os usos de Gramsci.

Dias argumenta que o uso corrente do conceito de hegemonia é profundamente instrumental, visto como a forma sob a qual o partido toma o poder, e não como o partido organiza a classe, que por sua vez edifica uma sociedade nova. Para ele essa visão advém de uma compreensão de hegemonia como centralmente o debate de alianças de classe na sua “imediatez política”. Ou seja, “Trabalha abstratamente a hegemonia como capacidade de uma classe subordinar/coordenar classes aliadas e inimigas” (DIAS, 1996, p. 9),

despreocupando-se da necessidade de essa hegemonia deveria ser fruto de um processo mais amplo.

Reduz-se assim, a luta pela hegemonia, em casos mais extremos, a uma eventual maioria política. Dessa forma, confundindo-se com guerra de posição, assume-se toda vitória eventual com a realização da hegemonia, e cai ao segundo plano a crítica da democracia e da sociedade civil.

Dias em *Sobre os usos*, critica a forma como era concebida a sociedade civil. Segundo ele, essa visão expressaria uma distorção liberal. Sociedade civil para Gramsci, argumenta Dias (1996), não pode ser compreendida apartada da sociedade política e do Estado, sendo uma diferenciação metodológica e analítica, daquilo que na concretude se apresenta combinado, nas diferentes dimensões da realização da hegemonia classista. O Estado Ampliado “organiza, representa, vigia e pune”, sendo a sociedade civil “uma das formas da natureza estatal”. Assim sendo, o fato de as instituições da sociedade civil serem “privadas” não as retira de seu caráter classista. Ela não deveria ser compreendida como “necessariamente progressista”, visto que abriga profundos aparatos conservadores como a Rede Globo e a União Democrática Ruralista. Portanto a sociedade civil “expressa a luta, os conflitos e articula, conflitiva e contraditoriamente, interesses estruturalmente desiguais” (DIAS, 1996, 114).

Na mesma esteira, a caracterização da sociedade brasileira como plenamente ocidentalizada responderia mais uma vez a uma instrumentalização da teoria de Gramsci. Para Dias (1996), ainda que a sociedade brasileira tivesse assumido através de uma modernização conservadora aspectos de ocidentalidade ela, por ser fruto de uma revolução passiva, seguiria carregando profundos traços de orientalidades. São aspectos desse movimento o fato de o Brasil carregar um dos mais baixos salários-mínimos do mundo, sendo a 11ª economia mundial e o fato de São Paulo, a maior cidade do país ser marcada por profundos traços orientais no seu seio.

A função da noção de “sociedade ocidental aplicada ao Brasil”, para Fernandes Dias (1996, p. 118), era utilizada instrumentalmente para adotar a guerra de posição como tática prioritária – negando *in totum* a guerra de movimento – que por sua vez era reduzida a função de “prevalência da tática da permanente ampliação do arco de alianças”. Guerra de posição portanto é identificada como luta institucional e “postura democrática”. As correntes políticas que naquele momento se identificavam com a concepção de democracia como valor universal, ao enxergar a sociedade civil como necessariamente progressiva, livre de determinações classistas, compreendiam ela como instrumento de luta contra o Estado, enquanto para Edmundo Fernandes, em oposição ao Estado estavam as classes subalternas.

Para Edmundo Fernandes Dias, a estratégia para a derrota do Estado capitalista e a construção do autogoverno dos trabalhadores se dava de outra forma. O elemento central é, para ele, o “nexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) e a realização da hegemonia”. Aqui, novamente, essa capacidade de construção depende da classe trabalhadora, ao vivenciar o “cotidiano antagônico das classes” elaborar uma visão de mundo autônoma. Só assim ela seria capaz de construir uma visão de mundo “para si e para a sociedade” e atuar como dirigente das classes subalternas (DIAS, 1996, p. 10). Essas, por sua vez, teriam como marca da sua visão de mundo “o fragmentário, o errático”, na medida em que estão submetidas a dominação burguesa.

Às classes subalternas são negados dos instrumentos disciplinares que capacitariam a superação da fragmentariedade. Para elas é negado o conhecimento, restando o “autodidatismo”, quando muito o ensino profissionalizante voltado para “fabricar o trabalhador”. Fora da fábrica, a noção abstrata de cidadania fecharia o círculo do conformismo, encobrendo a dominação política e realizando a “aparência necessária” de que a liberdade individual do burguês é universal, na medida em que todos estão submetidos a mesma organização político-jurídica. Caberia ao partido, segundo Dias (1996, p. 11), “entendido como intervenção consciente da história”, trabalhar pela superação dessa relação que mantém as classes em subalternidade. Desorganizar a racionalidade da antiga ordem e organizar positivamente uma nova.

A hegemonia, seja ela burguesa ou proletária é, portanto não “apenas um projeto político, mas é o campo do possível, do pensável, do praticável”. A classe operária, no objetivo de forjar sua hegemonia precisa se dedicar

a elaboração de uma nova *civilitá*, de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral. O que está em questão é a criação de um “terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (1650, MPE 8-9)⁶ da qual o partido dessa classe deve ser o porta-voz e o organizador. (DIAS, 1996, p. 10)

O uso do termo *civiliá* na argumentação é ilustrativo. O projeto hegemônico se constrói na medida em que edifica uma nova civilidade e uma nova civilização, que, para destruir as antigas normas e conformismos precisa já ter estruturado a sua racionalidade autônoma. Uma “reforma intelectual e moral”, que consiga projetar e disputar, através de seu programa classista, o conjunto das classes subalternizadas. Ao conseguir expressar o programa estratégico e os

⁶ MPE é a sigla utilizada no livro para referenciar *Maquiavel, a política e o Estado moderno*

interesses da classe trabalhadora como o programa e os interesses do conjunto das classes subalternizadas ela unifica a nação.

Esta elaboração é uma singularidade da obra de Fernandes Dias, que já estava presente em menor medida em *Democracia Operária*. Diferente do que defendiam as correntes que dirigiam o PT, a hegemonia que Dias propõe é uma tarefa qualitativamente mais ampla do que a realização de uma coalizão governamental.

O domínio ideológico pode e deve ser um aspecto dessa construção hegemônica, mas não se pode reduzir a hegemonia exclusivamente a ele. Desse modo ele atenta para a impossibilidade de destruir ideologias puramente pela crítica sistemática e racional a elas: “Nenhuma ‘ciência destrói ideologia alguma. Enquanto qualquer ideologia tiver base social/material de sustentação ela permanece”. Portanto, fincada na luta política concreta e na disputa das classes sociais, a desarticulação completa e definitiva da ideologia burguesa necessita a derrota do conjunto das frações da burguesia no plano concreto de lutas e a sua submissão, e posterior dissolução, pela hegemonia operária.

Por fim, Dias salienta que a complexidade das instituições no capitalismo contemporâneo é uma representação de sua eficácia na dominação. Um sinal desse processo é a credibilidade na qual elas assumem na vida social, o que tende a diminuir o impacto das lutas classistas. Segundo Gramsci (apud DIAS, 1996), a social-democracia ao assumir a premissa do Estado enquanto instrumento, desprovido de valor classista, teria se adaptado a “passivamente a ordem”. Nos parece claro que ao usar o exemplo de Gramsci, ele aqui endereça a crítica a corrente dirigente do Partido dos Trabalhadores.

Em síntese a concepção de Fernandes Dias do conceito de hegemonia como sendo a realização da nova *civiltá* diverge frontalmente das elaborações correntes sobre Gramsci. Ela retoma o caráter classista do Estado e suas instituições e o caráter estatal da sociedade civil. A instrumentalização da hegemonia torna-a tática. Meio sob o qual *o partido* toma o poder estabelecendo-se em uma correlação de forças em que consegue eventual maioria.

A hegemonia como construção de uma nova racionalidade autônoma teria, portanto, uma dimensão oposta à anterior. Seria ela profundamente estratégica na luta da classe trabalhadora, sendo a antessala para que esta classe se tornar dominante, para que tome o poder e realizasse a revolução socialista.

6 NEOLIBERAIISMO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REVOLUÇÃO PASSIVA

A elaboração sobre a reestruturação produtiva fecha a trilogia que marca a singularidade da abordagem de Edmundo Fernandes sob o conceito de hegemonia. Sua reflexão advém da análise do processo de reconfiguração da ordem do mundo a partir da crise do que Ernest Mandel (1982) chamou de *capitalismo tardio* e do dismantelamento dos regimes ao Leste europeu. A ofensiva burguesa iniciada nos anos 1980 teria como marca a tríade: reestruturação produtiva – ou revolução tecnológica – globalização e neoliberalismo. Esse processo se consolidaria no Brasil a partir da formação de uma nova construção hegemônica das frações da burguesia Brasileiras que foram levadas ao poder a partir da vitória de Fernando Collor de Mello, avançando qualitativamente ao longo dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

A crise dos países do Leste europeu após 1989 foi acompanhada de uma forte investida contra a classe trabalhadora, em que a burguesia foi vencedora ao emplacar a narrativa de que o fim daqueles regimes significava a “inviabilidade do projeto de socialismo orientado pelo marxismo” e o capitalismo como fim da história (SECCO, 2011). No Brasil, o declínio das lutas sociais marca o mesmo período. Se, até 1985, 75% das greves eram por aumentos salariais, ao longo da década da 1990 essa situação se inverteu e a maioria das mobilizações e paralisações visava a manutenção de direitos (COELHO, 2005). A repressão à greve dos petroleiros por FHC em 1995 foi a derradeira amostra do *modus operandi* da relação que o neoliberalismo pretendia manter com os movimentos sociais.

Edmundo Fernandes Dias, em *A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital: Reestruturação produtiva e passivização* (1999) defende que a reconfiguração do capitalismo na década de 90 não seria possível sem também uma reconfiguração na forma em que as classes dominantes exerciam a sua hegemonia. O fato desse processo ser marcado profundamente pelo esvaziamento de utopias, tal qual falou Ridenti (2014) é o resultado da vitória de uma “leitura da história” que venceu o embate da luta de classes. Dias debate com Gramsci, dizendo:

Todo e qualquer movimento político que pretenda a construção de uma hegemonia tem que criar, necessariamente, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto. (1996, p. 18).

A vitória da narrativa do capitalismo como sistema universal e final é o resultado da vitória da “leitura da história” e do projeto político neoliberal, por conseguinte.

Para analisar a formação da hegemonia neoliberal Dias propõe analisar a reestruturação produtiva como revolução passiva. Recorrendo a Gramsci, a revolução passiva, como *revolução sem revolução*, na sua interpretação, foi historicamente

a resposta das classes burguesas nos territórios onde a modernidade capitalista não podia realizar a produção capitalista mais avançada e onde lhes era impossível assimilar modelagem da concepção clássica de cidadania (Italia, entre outros) ou ainda naqueles outros onde a resposta operária colocou em xeque essa dominação, sem contudo alcançar o processo revolucionário (p. ex., a Alemanha) (Dias, 1999, p. 28)

O neoliberalismo seria uma composição entre os dois elementos. Ele é uma restrição dos direitos democráticos formais, fruto de um esgotamento da democracia liberal (DARDOT, LARVAL, 2016) e uma reação às mobilizações operárias no mundo no pós-guerra, e no Brasil, às lutas de redemocratização.

A realização da revolução passiva teve uma face *americanista*, constituindo-se na fábrica. O Estado, como “articulador das práticas classistas” buscava fabricar um outro tipo de *fabricante* (DIAS, 1999, p. 50). O trabalhador de ofício “longamente formado, possuidor de segredos e qualificações” foi sistematicamente desorganizado pelo desenvolvimento do capitalismo transformando-o em operário “de conhecedor de seu ofício a vigilante da máquina”:

Nesse processo, ele vai sendo progressivamente desqualificado como trabalhador e como pessoa. Sua personalidade é recortada pelas relações sociais que se traduziam nas máquinas e no despotismo fabril, mas também pelo fato de que se torna um ser cada vez mais parcelar, cada vez menos proprietário do significado do gesto profissional e dos próprios projetos. Empobrecido, material e psicologicamente, ele corre, permanentemente, o risco de perder o controle sobre seus projetos políticos e sociais (DIAS, 1999, p. 82).

Portanto nesse movimento o capital visa negar a “possibilidade de uma identidade classista do trabalhador”, tornando-o cada vez mais atomizado, seja nas suas capacidades de construção racional, seja na sua compreensão enquanto coletividade organizada em classe. Surge toda uma ideologia de fim da sociedade do trabalho, ou na superação na capacidade da ciência e da tecnologia como entidades neutras, resolverem as contradições entre as classes sociais.

Para Dias (1999, p. 32), força produtiva e tecnologia não podem ser igualadas. A principal força produtiva, para ele, seguiria sendo o trabalhador que se realiza em/com as outras forças produtivas. A tecnologia seria, portanto, a “condensação das contradições classistas” no solo da fábrica. Seria ela parte decisiva da “implementação do projeto hegemônico na

sociedade”, não podendo ser entendida como neutra.

De outro modo, a construção de um novo tipo de trabalhador partiria de diferentes instrumentos de controle. Tal qual o *americanismo*, que organizou um conjunto de doutrinas que visava ter controle “da sexualidade, da composição da família, passando pelo patriotismo e a religião”, seria necessário controlar e desestruturar a intervenção sindical, acoplando-a à institucionalidade das empresas, despolitizando suas intervenções e cooptando suas lideranças (DIAS, 1999, p. 100). A realização completa desse processo seria a realização dessas ideologias – tal qual foi a “religião da pátria – vivida como “interioridade” pelos próprios trabalhadores, sendo assim uma introjeção da hegemonia das classes dominantes, afastando a prática sindical classista e realizando a hegemonia “na continuidade do ato do trabalho”.

A forma institucional da cidadania no neoliberalismo também apresenta diferenças com a ordem anterior. Já vimos como a cidadania é a forma sob o qual o capitalismo estrutura uma aparência necessária que separa o econômico do político e apresenta os cidadãos como unidades, indivíduos com direitos iguais. Cria-se, portanto, um tipo específico de “sociabilidade”, na busca da subsunção das classes subalternas sob a ordem burguesa. A esfera da política é a da “conciliação dos interesses diferenciados que se constroem na esfera econômica” segundo a concepção liberal (DIAS, 1999).

Porém, a institucionalidade da democracia formal não deve ser compreendida com fatalismo, sendo claramente mais progressiva do que a “ditadura mais esclarecida do Capital”. O reconhecimento formal do direito de sindicalização ajuda os trabalhadores no “processo de organização e do questionamento da dominação do capital”. A cidadania, e os espaços da institucionalidade da democracia burguesa, segundo Edmundo Fernandes (1999, p. 76) devem ser tomados como espaços de luta. A negação abstrata dessa institucionalidade, exclusivamente, não é capaz de construir alternativas. Os trabalhadores precisam construir as “possibilidades reais de sua superação”.

A burguesia, organizada no Estado, ciente de sua tarefa de construção hegemônica, atua como um “*organismo em contínuo movimento*, capaz de absorver toda a sociedade” (GRAMSCI apud DIAS, 1999, p. 48). Ela busca a fragmentação, nas mais diferentes dimensões, da classe trabalhadora. Desestruturadas essas classes não conseguem efetuar a passagem do momento econômico-corporativo para o momento ético político, permanecendo nos limites da sua “reprodução pura e simples” (DIAS, 1999, p. 33). É dessa forma, que as importantes lutas dos trabalhadores, como as do direito ao voto, ao não conseguirem avançar em uma política de reordenamento e questionamento da ordem, foram incorporadas pela institucionalidade burguesa.

No neoliberalismo, a formação de um *homo economicus* necessita ser realizada não só desmembrando suas capacidades no ofício fabril, mas também restringindo sua participação política ainda mais. Os teóricos mais reacionários do liberalismo defendiam que, no Estado de Bem-estar, o preço da força de trabalho estava sobrevalorizado, e que esse era o fator fundamental que continha o desenvolvimento do capital (ROCHA, 2018). Essa tese obviamente enxergava nos sindicatos os causadores desse engessamento.

A refundação da cidadania capitalista pela ordem neoliberal é o modo sob o qual se reconfigura a ordem capitalista. A cidadania que se pretendia expansiva na etapa anterior agora dá lugar a uma “*necessariamente restritiva*” (DIAS, 1999, p. 130). Cortam-se direitos sociais e são perseguidos os sindicatos, com o objetivo de “desideologizar e despolitizar a luta”. É a realização da revolução passiva nesse estágio do capitalismo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho visou apresentar preliminarmente a contribuição de Edmundo Fernandes Dias ao debate político no Brasil - à luz das contribuições de Gramsci - durante a década de 1980 e 1990. Evitamos, como premissa metodológica apresentar os conceitos nos quais trabalharíamos sob a letra de Gramsci de forma a evitar o estabelecimento de paradigmas de verdade dentro da obra do marxista sardo, nos quais os autores que trabalhamos, ao se aproximarem ou se afastarem dessas elaborações estariam cometendo equívocos políticos. Nossa intenção era a de trabalhar com a análise da correlação de forças e com isso identificar o signo das elaborações no seu tempo.

Se fomos bem-sucedidos acreditamos que foi possível demonstrar que Fernandes Dias foi um teórico importante da obra de Gramsci no Brasil. Diríamos até que pela pouca difusão de sua obra ele fora, de fato, subvalorizado.

Nosso autor foi fundamentalmente um crítico das interpretações de Gramsci feitas por intelectuais brasileiros a partir do início dos processos de abertura democrática. A ferrenha crítica ao instrumentalismo e à normatização das instituições do Estado capitalista foi presente em todo seu trabalho intelectual.

Ao analisar a prática política de Gramsci nos conselhos operários em Turim de 1919-1920, Fernandes defende que a luta por um novo tipo de sociedade deve partir da capacidade da classe trabalhadora se distinguir, compreender sua função na produção e organizar suas vontades classistas, forjando uma nova racionalidade que prepara a realização do autogoverno das classes subalternas (DIAS, 1987).

Em *O Outro Gramsci*, Dias tece uma dura crítica aqueles que concebem a hegemonia como relação a aliança de classes e entre os partidos. Para ele, essa concepção é o resultado de uma esquerda que assumiu a racionalidade burguesa e compreende a sociedade capitalista como a única possível, cabendo exclusivamente administrá-la. A sociedade civil é entendida como o lugar para a mediação e disputa política pela reforma do Estado. Se opondo a essa visão Edmundo defende que a classe trabalhadora só conseguirá superar sua subalternidade quando estruturar uma visão própria de mundo, na concretude da luta de classes, que permita realizar a hegemonia, subordinar outras classes com um programa que represente a vontade coletiva nacional (DIAS, 1997).

Por fim em *A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital*, Edmundo Fernandes Dias demonstra que o capitalismo é capaz de se modificar qualitativamente na busca por extrair maiores fatias de mais-valor. Para isso ele precisa reestruturar sua dominação de forma a

desagregar ainda mais as classes subalternas. A revolução tecnológica seria uma expressão contemporânea desse movimento, que arrastou inclusive importantes segmentos da esquerda para a concepção do fim da centralidade do trabalho, portanto, da centralidade do proletariado (DIAS, 1999).

Portanto, podemos ver que Dias cumpriu a função, em sua vida intelectual de aprimorar a compreensão social das determinações classistas que nos envolvem e que, dialeticamente, nos possibilitam a superação dessa realidade social. Sua luta foi contra uma visão facílitada da transição ao socialismo, que absolutizou as relações sociais como “regra do jogo”, jogavam ao segundo plano a luta por uma nova concepção de mundo.

A concepção de organizações como a Articulação, a Democracia Radical, e intelectuais como José Dirceu, Tarso Genro, José Genuíno e, em menor medida, também Carlos Nelson Coutinho, representaram, na utilização instrumental do conceito de hegemonia, um rebaixamento de sua função, torna-a meio sob o qual o partido conquista espaço na guerra de posições, em direção à tomada do poder. Trata-se de uma noção tática. Poderíamos dizer até que essa concepção é, na verdade, fruto de um rebaixamento programático, portanto um recuo estratégico, tal qual defendia Tarso Genro no início dos anos 1990 (SECCO, 2011). A elaboração de Edmundo Fernandes Dias é forjada para ser a antítese desse movimento, para ele hegemonia é o nexos entre a distinção classista da classe trabalhadora, a construção de uma racionalidade própria que altere as limitações do conformismo burguês e a realização de uma nova *civilitá*, uma nova civilização, nova civilidade e uma nova cidadania a uma só tempo. Uma *Democracia Operária*.

Por fim, é curioso pensar que, ainda que a validade política e teórica de Dias seja a conclusão desse trabalho, seus escritos não parecem concluir um elemento que é central de sua elaboração, o nexos teoria/prática na formação do partido como intelectual coletivo. Possivelmente esse elemento é fruto de marginalidade em que as correntes como a que Edmundo Fernandes optou por militar após sua saída do Partido dos Trabalhadores. Sua elaboração se distanciava do instrumentalismo que utilizava como justificava a teoria para enquadrá-la na política, sem, no entanto, encarar a discussão sobre um projeto societário bem delimitado, que respondesse aos problemas concretos da relação tática-estratégia do seu tempo, se restringindo, a uma elaboração conceitual e filosófica.

REFERENCIAS

- BARROS, José D'Assunção. História das Ideias: Em torno de um domínio historiográfico. In: Locus: **Revista de história**: Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007.
- BURGOS, Raúl. Para uma teoria integral da hegemonia. Uma contribuição a partir da experiência latino-americana. **O Social em Questão** - Ano XX - nº 39. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2017
- BRAGA, Ruy. À Memória de Edmundo Fernandes Dias, um marxista crítico e revolucionário. **Blog Convergência**, 2013. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2013/05/03/a-memoria-de-edmundo-fernandes-dias-um-marxista-critico-e-revolucionario/>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.
- BRAZ, M. (org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- BIANCHI, Alvaro. Edmundo Fernandes Dias: A pedagogia como política e a política como pedagogia. **Blog Junho**, 2 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/edmundo-fernandes-dias-a-pedagogia-como-politica/>. Acesso em 10 de agosto de 2020.
- BIANCHI, Alvaro. **O Laboratório de Gramsci: Filosofia, história e política**. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Chistine. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- COELHO, Eurelino. **Uma Esquerda para o Capital. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979 – 1998)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- COELHO, Eurelino. O Espelho da Praxis: Uma esquerda em crise e suas leituras de Gramsci. **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, volume I: Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- _____. Duas notas sobre o Eurocomunismo. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal e Outro Ensaio**. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
- _____. Cidadão Brasileiro. In: **Teoria & Debate**, nº9. São Paulo, 1990. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1990/01/06/cidadao-brasileiro/>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

- _____. **Democracia como Valor Universal e Outros Ensaio**s. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
- _____. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente**. São Paulo, Cortez, 2000.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: Racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org.). **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. Sobre a leitura dos textos gramscianos. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org.). **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996
- _____. **Democracia Operária**. Campinas, Editora da Unicamp, 1987, vol. I.
- _____. **Democracia Operária**. Campinas, Editora da Unicamp, 1987, vol. II.
- _____. **Gramsci em Turim: A construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.
- _____. **A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital: Reestruturação produtiva e passivização**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1999.
- _____. Gramsci: Rabo preso. In: **Teoria & Debate**, nº 14. São Paulo, 1991. Disponível em: < <https://teoriaedebate.org.br/1991/06/09/gramsci-rabo-presos/>>. Acesso em 27 de agosto de 2020.
- DIRCEU, José. Debate: As Alianças e o Partido dos Trabalhadores. **Teoria & Debate**, nº 01, São Paulo, dez 1987. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/debate/as-aliancas-e-o-partido-dos-trabalhadores/>>. Acesso em 15 de abril de 2021.
- GENOÍNO, José. **Repensando o Socialismo**. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume III: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume IV: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

- MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. MORAES, Livia de Cássia Godoi. MINTO, Lalo Waranabe. Intelectual, Educador e Militante: *in memoriam* de Edmundo Fernandes Dias (1942-2013). Marília, **Revista Aurora**, v. 6, n. 2, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e Possibilidades na Apropriação de Cultura Política pela Historiografia**. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2009.
- PRUDÊNCIO, Vitor Rolim. **O Conceito de Estado e Revolução na obra de Carlos Nelson Coutinho**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro**. São Paulo, UNESP, 2014.
- ROCHA, Camila. **“Menos Marx, Mais Mises”: Uma gênese da nova direita (2006 – 2018)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018.
- ROIO, Marcos Del. **Os Prismas de Gramsci**. São Paulo, Boitempo, 2019.
- SADER, Emir. **Gramsci: Poder, política e partido**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- SANTA, Roberto della. “Ciao Bello” ou Arrivederci ao camarada comunista Edmundo Fernandes Dias. **Blog Convergência**, 2013. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2013/06/20/ciao-bello-ou-arrivederci-ao-camarada-comunista-edmundo/>. Acessado em: 10 de agosto de 2020.
- SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo, Cortez, 2002.
- SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia – SP, Ateliê Editorial, 2011.
- SENA JR., Carlos Zacarias. Controvérsias marxistas sobre a leitura e a recepção de Gramsci no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei, MAGALHÃES, Livia Diana Rocha, SANTOS, Wilson da Silva (org.). **Gramsci no Limiar do Século XXI**. Campinas: Librum, 2013.
- SILVA, Leonardo Melo e. Relato de uma Figura Exemplar: Para lembrar o passamento do professor Edmundo Fernandes Dias. Salvador, **Revista Caderno CRH**, v. 26, n. 68, Maio/Ago. 2013.
- SILVA, Marcos Aurélio da. Dialética e Geografia em Antonio Gramsci. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, vol.17 n.31, p.21-32, jul./dez. 2013
- SKINNER, Quentin, Significado e Interpretação da História das Ideias. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399. jan./abr. 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Tese de Santo André – Lins. In **Partido Dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. Resoluções Políticas – V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. In: **Partido Dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. Diretrizes para a elaboração do Plano de Governo (PAG). In: **Partido Dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. Partido – Primeiro Congresso. In: **Partido Dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

VACCA, Giuseppe. **Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937**. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2012.